

# prisma.com

Revista de Ciências e Tecnologias de Informação e Comunicação



CITCEM

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR  
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

**U.** PORTO  
FLUP FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DO PORTO

## Direção

**Elisa Cerveira**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal

## Conselho Editorial

1. **António Machuco Rosa**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
2. **Armando Malheiro da Silva**, Universidade do Porto - Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
3. **Fernando Zamith**, Universidade do Porto - Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
4. **Helena Sousa**, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Portugal
5. **Maria Manuela Cardoso**, Instituto Politécnico do Porto, ISCAP, / Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Portugal
6. **Óscar Mealha**, Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, Portugal
7. **Paulo Faustino**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
8. **Sara Jesus Gomes Pereira**, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Portugal

## Gestão da Informação

1. **Mariana Paula Martins Selas**, Universidade do Porto - Faculdade de Letras, Portugal

## Comissão Científica

1. **Alfredo Pena-Vega**, IIAC - Institut Interdisciplinaire d'Anthropologie du Contemporain - Centre Edgar Morin-EHESS/CNRS, França
2. **Ana Isabel Reis**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras
3. **Ana Lúcia Terra**, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
4. **Ana Margarida Pisco Almeida**, Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, Portugal
5. **António Machuco Rosa**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
6. **Armando Malheiro da Silva**, Universidade do Porto - Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
7. **Brasilina Passarelli**, Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Brasil
8. **Carla Conti de Freitas**, Universidade Estadual de Goiás (Campus Inhumas), Brasil
9. **Carlos Ávila de Araújo**, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Brasil
10. **Carlos Felimer del Valle Rojas**, Facultad de Educación y Humanidades, Universidad de la Frontera, Chile
11. **Cláudio Roberto Magalhães Pessoa**, Universidade FUMEC, Belo Horizonte, Brasil
12. **Cristina Ponte**, Universidade Nova de Lisboa, Departamento de Ciências da Comunicação, Portugal
13. **Edileuza Regina Pena**, Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais (Campus de Rondonópolis), Brasil
14. **Edson Luiz Riccio**, Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Brasil
15. **Enoi Dagô Liedke**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Brasil
16. **Fernanda da Silva Martins**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
17. **Fernanda Ribeiro**, Universidade do Porto - Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
18. **Fernando Ramos**, Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, Portugal
19. **Fernando Zamith**, Universidade do Porto - Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
20. **Francisco Alberto Severo de Almeida**, Universidade Estadual de Goiás (Campus Inhumas), Brasil
21. **Francisco Carlos Palleta**, Universidade de S. Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Brasil
22. **George Leal Jamil**, Universidade FUMEC, Belo Horizonte, Brasil

23. **Helder Bastos**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
24. **Helena Lima**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
25. **Helena Santos**, Universidade do Porto, Faculdade de Economia / CITCEM, Portugal
26. **Inês Amaral**, Universidade Autónoma de Lisboa, Instituto Superior Miguel Torga, Portugal
27. **Inês Peixoto Braga**, Instituto Politécnico do Porto, ISCAP/ CITCEM, Portugal
28. **Jorge Ferraz de Abreu**, Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, Portugal
29. **José António Moreiro González**, Universidad Carlos III, Facultad de Humanidades, Comunicación y Documentación, Espanha
30. **José Azevedo**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras
31. **José Simões de Almeida Júnior**, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Brasil
32. **Laura Rosseti Ricapito**, Universidad Autónoma Metropolitana, Xochimilco, México
33. **Lidia Barboza Norbis**, Universidad de Montevideo, Facultad de Humanidades y Educación, Uruguay
34. **Lídia Oliveira**, Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, Portugal
35. **Luc Quoniam**, Université Sud – Toulon Var, França
36. **Lucivaldo Barros**, Universidade Federal do Pará, Faculdade de Biblioteconomia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Brasil
37. **Luís Borges Gouveia**, Universidade Fernando Pessoa, Porto / CITCEM, Portugal
38. **Lynn Gama Alves**, Universidade do Estado da Bahia, SENAI - CIMATEC, Brasil
39. **Marcos Galindo**, Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Ciência da Informação, Brasil
40. **Maria Beatriz Marques**, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
41. **Maria del Carmen Cruz Gil**, Universidad Carlos III, Madrid, Espanha
42. **Maria Irene Fonseca e Sá**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Brasil
43. **Maria Manuel Borges**, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Portugal
44. **Maria Manuela Pinto**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
45. **María Victoria Carrillo Durán**, Universidad de Extremadura, Facultad de Biblioteconomía y Documentación, Espanha
46. **Moisés Rockembach**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Brasil
47. **Olívia Pestana**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
48. **Paulo Frias**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
49. **Pedro Almeida**, Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, Portugal
50. **Renata Baracho**, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Brasil
51. **Silvana Vidotti**, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências (Campus de Marília), Brasil
52. **Tom Linden**, University of North Carolina at Chapel Hill, School of Media and Journalism, Estados Unidos da América do Norte
53. **Vasco Ribeiro**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
54. **Zeny Duarte**, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Brasil

**Periodicidade:** semestral (edição de 1 ou 2 números temáticos por ano)

**ISSN:** 1646-3153

**Contacto:** [prisma.com@letras.up.pt](mailto:prisma.com@letras.up.pt)

---

## EDITORIAL

---

**Elisa Cerveira**

**Faculdade de Letras da Universidade do Porto**

**[elisa.cerveira@gmail.com](mailto:elisa.cerveira@gmail.com)**

O número 52 da revista Prisma.Com reúne um conjunto de reflexões que evidenciam a vitalidade e a complexidade do campo da Ciência da Informação e da Comunicação num mundo cada vez mais marcado pela intensificação dos processos digitais e pela crescente presença da Inteligência Artificial.

Abrindo esta edição, o artigo de Charley dos Santos Luz e Francisco Carlos Paletta propõe uma análise aprofundada das relações entre Ciência da Informação, Arquitetura da Informação e Inteligência Artificial. Ao destacar as convergências entre estas áreas, os autores sublinham a importância de uma abordagem integrada para enfrentar os desafios da organização, do acesso e do uso da informação em ambientes digitais.

Na sequência, Jorge Manoel Adão apresenta uma reflexão sobre a comunicação institucional nas Instituições de Ensino Superior, ancorada na perspectiva da infocomunicação e na dialógica da teoria da complexidade. O estudo reforça a centralidade da comunicação como dimensão estratégica e estruturante das universidades, destacando o seu papel na mediação entre instituições e sociedade.

A discussão sobre o papel do digital na esfera pública é aprofundada por Dario de Azevedo Nogueira Júnior, com a análise crítica do governo digital da Argentina e das limitações no acesso à informação e à participação cidadã.

No domínio educacional, Francisco Alberto Severo de Almeida e Armando Malheiro da Silva apresentam uma proposta de modelo de gestão da informação, orientado para estudantes com altas habilidades, evidenciando o potencial das tecnologias para promover práticas pedagógicas mais inclusivas.

Encerrando esta edição, Jaires Oliveira Santos Guterres e Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira abordam a Competência em Informação no contexto social rural. O artigo destaca a importância do desenvolvimento dessas competências como instrumento de emancipação e de cidadania, especialmente em territórios frequentemente marcados por desigualdades de acesso à informação.

Esperamos que a leitura desta edição estimule novas reflexões, investigações e práticas inovadoras.

# Ciência da Informação e Arquitetura da Informação (AI) na era da IA: interfaces, taxonomias e autonomia digital

*Information Science and Information Architecture (IA) in the AI Era: Interfaces, Taxonomies and Digital Autonomy*

**Charley dos Santos Luz**

Universidade de S. Paulo, Brasil

[charleyluz@gmail.com](mailto:charleyluz@gmail.com)

**Francisco Carlos Paletta**

Universidade de S. Paulo, Brasil

[fcpaletta@usp.br](mailto:fcpaletta@usp.br)

## Resumo

Este artigo analisa a interação entre a Ciência da Informação (CI) e a Arquitetura da Informação (AI), destacando suas convergências e diferenças na gestão da informação digital em interfaces comunicacionais. O objetivo é compreender como essas disciplinas contribuem para a organização, acessibilidade e uso inteligente da informação em ambientes digitais, explorando também como conceitos e métodos de uma podem ser aplicados à outra. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica de textos teóricos e obras fundamentais, como Wurman (1997) e Rosenfeld e Morville (2002), complementada por discussões atuais sobre o uso de tecnologias de Inteligência Artificial (IA) na automação de processos de organização, classificação e recuperação da informação. Os resultados demonstram uma complementaridade entre CI, AI e IA, em que a Ciência da Informação oferece uma base teórica sólida, a Arquitetura da Informação foca na aplicação prática e na experiência do usuário, enquanto a IA amplia as possibilidades de automatização,

## Abstract

*This article analyzes the interaction between Information Science (IS) and Information Architecture (IA), highlighting their convergences and differences in the management of digital information in communication interfaces. The objective is to understand how these disciplines contribute to the organization, accessibility and intelligent use of information in digital environments, also exploring how concepts and methods from one can be applied to the other. To this end, a bibliographic review of theoretical texts and fundamental works, such as Wurman (1997) and Rosenfeld and Morville (2002), was carried out, complemented by current discussions on the use of Artificial Intelligence (AI) technologies in the automation of information organization, classification and retrieval processes. The results demonstrate a complementarity between IS, AI and IA, in which Information Science offers a solid theoretical basis, Information Architecture focuses on practical application and user experience, while AI expands the possibilities of digital*

personalização e adaptação das interfaces digitais. *interfaces. Thus, the integrated interaction of these areas*  
Assim, a interação integrada dessas áreas revela-se *proves to be crucial to optimize the management of digital*  
crucial para otimizar a gestão da informação digital e *information and face the challenges of the intelligent*  
enfrentar os desafios da era da informação inteligente. *information era.*

**Palavras-chave:** Arquitetura da informação; inteligência **Keywords:** *Information architecture; artificial*  
artificial; taxonomia dinâmica; web semântica; linguagem *intelligence; dynamic taxonomy; semantic web;*  
documentária. *documentary language.*

## Introdução

Estamos imersos na inevitável era da informação, onde a informação se tornou a moeda mais valiosa e a tecnologia, a forma dominante de acesso e controle. No passado, o conhecimento estava tipicamente contido em livros, documentos e enciclopédias organizados e classificados de maneira sistemática. Hoje, no entanto, vivemos em um ambiente digital caracterizado por redes complexas e uma produção ininterrupta de informações. A informação, antes cuidadosamente categorizada e diferenciada, agora é disseminada através de múltiplos canais e formatos, como funcionalidades de softwares, recursos colaborativos, metadados e bibliotecas virtuais, disponibilizando dados em tempo real para um público global.

A transformação na gestão da informação impõe novos desafios há muito tempo. Barreto (1998) já apontava que a estrutura da relação entre o fluxo de informação e o público-alvo tem evoluído significativamente com a introdução das tecnologias digitais. Este cenário é evidenciado pelo crescimento exponencial e pela complexidade das informações digitais, o que demanda um gerenciamento mais eficiente e estratégias de organização robustas, conforme também destacado por Rozados (2000).

Nesse contexto, a arquitetura da informação se destaca como um campo essencial para enfrentar esses desafios. Camargo (2004) afirma que a arquitetura da informação é fundamental para o planejamento e a estruturação dos ambientes digitais, facilitando a navegação e o acesso aos dados. A presença crescente de plataformas digitais, como portais corporativos e bibliotecas digitais, sublinha a importância de um design eficaz da informação para atender às necessidades dos usuários e melhorar a experiência de busca e recuperação, como discutido por Dias (2001) e Monteiro (2010).

No entanto, o processo informacional continua a ser uma necessidade essencial, e sua importância é amplificada no contexto digital. Segundo Barreto (1998), o papel da informação é reduzir a incerteza, e essa redução só ocorre quando a informação é efetivamente comunicada. Choo (2006) acrescenta que a informação busca resolver o estado anômalo do conhecimento individual, satisfazendo desejos e demandas expressas.

Luz (2024) enfatiza a importância da User Experience (UX), destacando a eficiência, eficácia e satisfação como princípios centrais. Para construir uma experiência do usuário efetiva, é essencial considerar o processo de comunicação, que envolve a interação entre fonte, receptor e canal de transporte da informação. Choo (2006) também observa que a transformação da informação em conhecimento ocorre quando ela é assimilada pelo receptor, ressaltando que a organização da informação por si só

não garante a produção de conhecimento; é o processo comunicativo que desempenha um papel fundamental nesse contexto. Esta interação entre UX e comunicação demonstra a complexidade e a importância de entender a experiência do usuário de forma holística.

Café e Sales (2010) discutem como a organização da informação é fundamental no processo de comunicação e conhecimento. As autoras afirmam que a organização dos acervos é necessária para compreender e recuperar informações registradas em diversos suportes, como textos, imagens, registros sonoros e páginas web. Desta forma, a informação digital deve passar por um processo estruturado de organização para integrar-se eficazmente ao processo comunicativo e, conseqüentemente, gerar novos conhecimentos.

Além das estratégias clássicas de organização da informação, observa-se uma crescente incorporação de tecnologias de Inteligência Artificial (IA) nos processos informacionais. Ferramentas baseadas em machine learning e processamento de linguagem natural estão sendo aplicadas para automatizar tarefas como classificação de conteúdos, geração de metadados, criação de taxonomias dinâmicas e recomendação personalizada de informações. Assim, a IA amplia as possibilidades de integração entre Ciência da Informação, Arquitetura da Informação e Experiência do Usuário.

No contexto contemporâneo, a convergência entre Ciência da Informação e Arquitetura da Informação passa a incorporar de forma cada vez mais intensa as tecnologias de Inteligência Artificial (IA). Ferramentas baseadas em aprendizado de máquina (machine learning) e processamento de linguagem natural (NLP) ampliam as possibilidades de organização, indexação e recuperação da informação em ambientes digitais. Por meio de algoritmos inteligentes, torna-se viável automatizar a classificação de conteúdos, construir taxonomias dinâmicas, gerar metadados e estruturar ontologias mais complexas, aproximando a prática informacional da web semântica (Gruber, 2008; Noy & McGuinness, 2001). Assim, a IA surge como elemento complementar, potencializando a atuação dos profissionais da informação e transformando as interfaces comunicacionais em espaços mais responsivos, personalizados e adaptativos às necessidades dos usuários (Hogan et al., 2021; Bawden & Robinson, 2020).

Este trabalho se propõe a explorar como a arquitetura da informação pode ser aprimorada para enfrentar os desafios da era digital. Abordaremos a relação entre a informação digital, a web semântica e a taxonomia, investigando como a arquitetura da informação pode melhorar a organização e a acessibilidade dos dados em ambientes digitais e relacionando-a com a Ciência da Informação - CI.

## **Metodologia**

Para investigar a eficácia da arquitetura da informação em ambientes digitais e sua relação com a CI, foi adotada uma abordagem metodológica baseada na revisão bibliográfica. Esta abordagem permitiu uma análise aprofundada das práticas e teorias existentes sobre a organização da informação digital. A pesquisa foi conduzida em uma fase principal: Revisão bibliográfica.

A revisão bibliográfica envolveu a análise de uma gama diversificada de fontes teóricas e práticas para oferecer uma visão abrangente da evolução e dos desafios da arquitetura da informação. Por meio de uma pesquisa pelos termos “Arquitetura da Informação” e “Ciência da Informação” na base Google Acadêmico, a escolha dos autores reflete, também, uma combinação de referências clássicas e

contemporâneas que abordam tanto os fundamentos da arquitetura da informação quanto suas práticas mais recentes.

Fontes clássicas e fundamentos teóricos: incluem autores como Taylor e Joudrey (1941) e Buckland (1991), que discutiu a informação como uma entidade e suas implicações para a organização da informação, e Rayward (1997), que explorou as origens da ciência da informação e seu desenvolvimento. Essas fontes forneceram uma base sólida sobre os princípios teóricos da organização da informação e suas raízes históricas.

Abordagens e práticas atuais: autores mais recentes como Rozados (2000; 2005) e Monteiro (2010) foram incluídos para refletir as práticas e as ações emergentes na organização da informação digital. Rozados, por exemplo, analisou os impactos de ambientes como portais e internet e o uso de indicadores na gestão de recursos de informação, enquanto Monteiro apresentou propostas para elementos de arquitetura da informação em repositórios digitais.

Abordagens específicas e contextuais: obras de autores como Camargo (2004) e Luz (2024) foram analisadas para entender as aplicações específicas da arquitetura da informação em ambientes digitais e a interação com a experiência do usuário. Camargo focou na arquitetura para bibliotecas digitais personalizáveis, enquanto Luz discutiu a experiência do usuário e ferramentas para definição de repositórios, oferecendo insights sobre a interação prática entre arquitetura da informação e usabilidade.

A revisão abrangeu obras fundamentais, como a de Cafè e Sales (2010), que oferecem uma visão crítica sobre os conceitos básicos da organização da informação, e a de Robredo (2010), que explorou a convergência entre a ciência da informação e a Web semântica. Esses textos foram essenciais para compreender como a organização da informação pode evoluir para atender às demandas da era digital.

A metodologia permitiu identificar as principais teorias e práticas na arquitetura da informação, evidenciando as lacunas e propondo recomendações para otimizar a organização e acessibilidade da informação em ambientes digitais. Este enfoque abrangente e integrado proporcionou uma base sólida para compreender as complexidades e os desafios da arquitetura da informação no contexto atual.

## **A organização da informação e os ambientes digitais**

O processo informacional ainda é necessário (e potencializado) na ação dos usuários de ambientes digitais na busca de conhecimento, segundo Barreto (1998), o papel da informação é a redução da incerteza e esta só é percebida nos casos em que é comunicada. Ou para resolver o estado anômalo de conhecimento próprio de cada indivíduo: o desejo, a demanda expressa e a demanda satisfeita (CHOO, 2006).

A organização da informação, portanto, passa a ter um papel decisivo no acesso à informação pelos usuários de ambientes digitais e portais corporativos. Em um texto clássico de 1945 Taylor e Joudrey definem os principais objetivos que envolvem a organização dos objetos informacionais, que em suma pode-se definir como:

- identificar a existência de todos os tipos de recursos informacionais assim que disponibilizados em sistemas;
- identificar trabalhos contidos nestes recursos informacionais ou em partes deles (seria um hiperlink?);
- agrupar sistematicamente esses recursos informacionais em coleções de bibliotecas, arquivos, museus, arquivos da internet, e outros tipos similares de repositórios;
- produzir listas desses recursos informacionais preparadas de acordo com regras padronizadas para citação;
- oferecer nome, título, assunto e outro acesso útil para esses recursos informacionais;
- oferecer os meios de localização de cada recurso informacional ou uma cópia deles, descrevendo cada objeto informacional, refletindo as necessidades de informação da comunidade para a qual estão destinados. Estas comunidades estão presentes em diversos contextos: bibliotecas, arquivos, museus e hoje em dia na internet.

A organização da informação nesses contextos adota padrões e técnicas estudados e definidos há muito pela Ciência da Informação ou profissionais da informação. Conforme SILVA e PALETTA (2021)

A Ciência da Informação relaciona-se estreitamente com os SI, desde logo porque estes constituem uma ferramenta indispensável na produção, organização (metainformação ou metadados), armazenamento e recuperação da informação, incorporando na área da organização e representação/recuperação da informação as técnicas há muito inventadas... (Pag. 28).

O desafio atual reside em adaptar os processos de organização da informação para o mundo digital e da Internet. Isso envolve destacar a essência informacional de cada registro ou objeto, incorporando os processos de descrição e indexação. Essa abordagem requer uma atenção cuidadosa dos profissionais da informação, que devem integrar duas dimensões essenciais no processo de organização: a dimensão descritiva, que aborda elementos relacionados à forma dos documentos, e a dimensão temática, que se concentra nos conteúdos informacionais. Essa integração dessas dimensões é fundamental para garantir uma organização eficaz da informação no ambiente digital e online, atendendo às necessidades dos usuários e facilitando o acesso e a recuperação das informações relevantes.

A organização da informação digital, além de se basear em taxonomias e linguagens documentárias, hoje se apoia em soluções de IA capazes de realizar indexação automática e análise semântica de grandes volumes de dados. Técnicas de Natural Language Processing (NLP) são utilizadas para classificar documentos, extrair tópicos e gerar palavras-chave relevantes, tornando o trabalho dos profissionais da informação mais eficiente e escalável. Dessa forma, a IA atua como uma extensão dos princípios tradicionais de organização, permitindo atualizar práticas consolidadas para lidar com fluxos informacionais massivos e dinâmicos.

## **Mundo digital: interfaces de acesso**

Nos ambientes digitais, a organização da informação é mediada por interfaces, desempenhando um papel fundamental na atual sociedade da informação. Esses ambientes digitais abrigam uma ampla variedade de tipos de informação, conforme destacado por Svennius citado por Monteiro (2010). Os

documentos digitais, definidos como documentos em formato eletrônico, são acessados por meio de interfaces ou tecnologias específicas.

Silva e Paletta (2021, p.41) destacam que a arquitetura da informação e o design da informação, presentes na construção e funcionalização das interfaces digitais, exigem a aplicação dos princípios fundamentais da Lógica, Linguística e, principalmente, da Organização e Representação da Informação. Isso inclui o processo de descrição, ordenação, classificação e recuperação completa de conteúdos, demonstrando a interdisciplinaridade e a importância desses campos no desenvolvimento de interfaces eficazes e significativas. Essa definição ampla abarca diversos tipos de informação, desde textos e imagens até áudios e vídeos, refletindo a crescente diversidade e complexidade da informação disponível nos ambientes digitais. Portanto, os ambientes digitais se tornam espaços dinâmicos nos quais uma vasta gama de informações é organizada, acessada e compartilhada por meio de interfaces digitais.

A interface desempenha um papel essencial no processo informacional, pois facilita a organização e o acesso à informação. Segundo Monteiro (2010), na tarefa de organização da informação digital, a descrição dos documentos é essencial e pode ser realizada por meio de metadados. Esses metadados são responsáveis por organizar as informações que serão acessadas por meio das interfaces digitais. No entanto, em relação à informação não digital, poucas são as alterações significativas.

De acordo com Araújo (1995), a organização da informação é um processo que ocorre tanto em ambientes tradicionais, como bibliotecas e documentos impressos, quanto em ambientes digitais, como a Web e arquivos digitais. Esse processo envolve a coleta, tratamento e disseminação de informações dentro de um sistema de informação composto por componentes interrelacionados. Esse sistema é gerenciado por um responsável e conta com um mecanismo de feedback para auxiliar na avaliação, aprimoramento e adaptação ao ambiente em que está inserido. Apesar das diferenças nos ambientes, os princípios fundamentais da organização da informação permanecem consistentes. Esse processo se desenrola dentro de um sistema de informação com componentes interrelacionados, cujas funções incluem a coleta (entrada), o tratamento (processamento) e a disseminação (saída) de informações. Esse sistema é gerenciado por um responsável e conta com um mecanismo de feedback para auxiliar na avaliação, aprimoramento e adaptação ao ambiente em que está inserido.

Assim, os processos de estruturação da informação são os mesmos, no entanto, o papel das interfaces gráficas (interfaces web), passa a se destacar. Segundo Monteiro (2010), a classificação da informação no contexto digital vai além de simplesmente organizar dados; ela envolve a criação de uma estrutura que permite a navegação eficiente pelos documentos digitais armazenados em repositórios online. Essa classificação não apenas facilita a localização de informações relevantes, mas também estabelece conexões significativas entre os diferentes elementos do conjunto de dados, proporcionando uma experiência de usuário mais enriquecedora e intuitiva.

Nesse sentido, a interface gráfica da Web, criada a partir dos métodos de design de usabilidade, ou design de UX (user experience) desempenha um papel fundamental, servindo como a ponte visual entre os usuários e as vastas coleções digitais disponíveis, ao mesmo tempo em que oferece ferramentas e recursos que tornam a exploração e a utilização desses recursos mais acessíveis e eficazes. Assim, a classificação da informação e a interface gráfica da web são componentes

interdependentes que trabalham em conjunto para viabilizar o acesso e a utilização efetiva das informações no ambiente digital.

No contexto da experiência do usuário (UX), a IA (Inteligência artificial) possibilita a criação de interfaces digitais mais responsivas e personalizadas. Sistemas dotados de algoritmos de recomendação aprendem a partir do comportamento dos usuários, ajustando a apresentação de conteúdos e otimizando percursos de navegação. Além disso, chatbots e assistentes virtuais, baseados em NLP, funcionam como novos canais de acesso à informação, permitindo consultas em linguagem natural e ampliando a acessibilidade aos portais corporativos e repositórios digitais. Essa evolução faz com que as interfaces não sejam apenas espaços estáticos de consulta, mas ambientes interativos e inteligentes que aprendem continuamente com o uso.

Devemos considerar que a forma de organizar as informações em interfaces web é a Arquitetura de Informação. Luz (2024) ressalta que a arquitetura da informação é o resultado da integração de esquemas de organização, busca, rotulação e navegação de interfaces. Esses esquemas são desenvolvidos com base em estruturas de taxonomias e categorização, no contexto da Organização da Informação e do Conhecimento. Segundo o autor, “a arquitetura da informação desempenha um papel crucial no design estrutural do espaço informacional, proporcionando aos usuários a capacidade de realizar tarefas de forma eficiente e acessar conteúdos de maneira intuitiva” (Luz, 2024, p. 238).

A arquitetura de informação é uma disciplina que une em seu corpus desde técnicas de IHC (Interação Humano-Computador), recursos taxonômicos e semânticos da ciência da informação e do design gráfico. Os principais autores da área, Rosenfeld e Morville (2002), definem a Arquitetura da Informação (AI) como a combinação entre esquemas de organização, nomeação e navegação em um sistema de informação. São diferentes taxonomias combinadas.

Já a Ciência da informação, muitas vezes é vista como uma metaciência (TARGINO, 1995), com sua característica de poder utilizar-se da interdisciplinaridade e absorver ou ceder conhecimento para várias disciplinas, da linguística à interação humano-computador (IHC) e prevê o intercâmbio com outras áreas que apresentem a informação como objeto de estudo. Logo porque não pensar as trocas possíveis entre a Arquitetura de Informação e a Ciência da Informação, pois ambas bebem na fonte da informação digital?

A comparação entre Arquitetura de Informação (AI) e Ciência da Informação (CI) revela similaridades e distinções significativas entre essas disciplinas. Enquanto a CI é uma área estabelecida nos ambientes acadêmicos, com um corpo teórico consolidado e aplicado de forma fragmentada no contexto corporativo e institucional, a AI surge como uma disciplina emergente, caracterizada por uma abordagem multidisciplinar e uma forte interseção com as tecnologias da informação no design de ambientes digitais.

Além disso, nos ambientes digitais contemporâneos, interfaces inteligentes passaram a incorporar sistemas de IA que personalizam a navegação de acordo com o perfil e comportamento do usuário. Chatbots, assistentes virtuais e sistemas de recomendação contextual são exemplos de como a Inteligência Artificial amplia a interatividade e a acessibilidade da informação, adaptando conteúdos em tempo real. Tais recursos tornam a experiência do usuário mais fluida, respondendo a demandas expressas ou mesmo antecipando necessidades informacionais.

## **Convergências e divergências entre ciência da informação e arquitetura da informação**

A CI pode servir como uma fonte de conhecimento para os arquitetos de informação, fornecendo fundamentos teóricos sólidos e insights práticos sobre a organização e gestão da informação. Por outro lado, a AI se destaca pela sua capacidade de integrar conceitos e métodos de diversas disciplinas, aproveitando os avanços tecnológicos para estruturar a informação digital de forma eficaz.

Na visão clássica de Richard Saul Wurman (1997), criador do termo Arquitetura da Informação, essa disciplina é definida como a ciência e arte de criar instruções para espaços organizados, estabelecendo uma analogia direta com a arquitetura tradicional. Essa definição enfatiza não apenas a estruturação da informação, mas também a sua organização e apresentação de forma a facilitar a compreensão e a interação dos usuários com os ambientes digitais.

Enquanto a CI fornece uma base sólida de conhecimento, a AI representa uma abordagem inovadora e interdisciplinar para o design de sistemas de informação digitais, combinando teoria e prática para criar experiências de usuário significativas e eficazes.

Os princípios de Rosenfeld e Morville (2002) delineiam aspectos cruciais da arquitetura de informação. Primeiramente, destaca-se o design estrutural e conceitual de um ambiente informacional, visando não apenas facilitar a realização de tarefas e o acesso intuitivo aos conteúdos, mas também promover a apropriação efetiva desse espaço pelos usuários. Em segundo lugar, observa-se a importância da integração coerente entre esquemas de organização, nomeação e navegação dentro de sistemas de informação, assegurando uma experiência de usuário fluída e harmoniosa. Por fim, a arte e ciência de estruturar e classificar websites e intranets emerge como um processo essencial, cujo propósito é viabilizar a descoberta e o gerenciamento eficaz de informações, tanto para usuários individuais quanto para comunidades de usuários. Esses pilares fundamentais constituem a base teórica e prática da disciplina da arquitetura de informação, contribuindo para a otimização da acessibilidade, usabilidade e utilidade dos sistemas de informação digitais.

Neste ponto já pode-se observar a diferença entre as informações tratadas por profissionais da informação (cientistas da informação) e arquitetos da informação, que é quanto a sua utilização. Enquanto na ciência da informação a preocupação se dá na organização e valor documental, na arquitetura de informação o foco é na utilização (a eficiência e a eficácia) no uso das informações possíveis e disponíveis no ambiente digital.

Pode-se identificar uma convergência fundamental entre a Ciência da Informação (CI) e a Arquitetura de Informação (AI), não apenas em relação ao objeto de estudo - a informação - mas também em relação à sua finalidade essencial, que é proporcionar acesso à informação. Ambas as disciplinas compartilham o objetivo de organizar as informações para disponibilizá-las aos usuários, utilizando distintas ferramentas e técnicas para alcançar essa meta.

No contexto da classificação, observa-se que o Arquiteto de Informação se vale de instrumentos consagrados pela Ciência da Informação, como a taxonomia. Por meio da taxonomia, são criados agrupamentos de informações baseados em similaridades, facilitando o acesso direto ou exploratório aos conteúdos. Essa adoção de conceitos e métodos da CI pela AI reflete uma interação profunda entre

essas disciplinas e ressalta a complementaridade de seus papéis na busca pela organização e acessibilidade da informação no ambiente digital.

A convergência entre Ciência da Informação (CI), Arquitetura da Informação (AI) e Inteligência Artificial (IA) resulta em um novo paradigma na organização da informação digital. Enquanto a CI oferece métodos consolidados de análise documental, taxonomias e linguagens de representação, a AI viabiliza a aplicação prática desses métodos no design de interfaces e estruturas informacionais. A IA, por sua vez, amplia essas capacidades ao permitir automatização, descoberta de padrões ocultos e personalização em larga escala. Essa integração fortalece a criação de sistemas mais flexíveis, intuitivos e adaptáveis, centrados nas necessidades reais dos usuários e preparados para lidar com o crescimento exponencial de dados.

### **Plataformas digitais: os portais corporativos**

É inegável que os portais de informação digital desempenham um papel fundamental na facilitação do acesso e na utilização eficiente de recursos informacionais dentro do ambiente corporativo, composto por empresas e instituições. Esses portais proporcionam acesso a informações em tempo real, além de integrarem dados e pessoas, contribuindo para a agilidade, competitividade e inovação das instituições.

De acordo com Silva e Paletta (2022), o conceito de plataformas digitais pode ser utilizado de forma mais vantajosa do que a expressão "sistemas de informação" no contexto da Ciência da Informação (CI). Isso se deve ao fato de que a expressão "sistemas de informação" é frequentemente interpretada de maneira equivocada, especialmente porque, na informática, ela se refere especificamente a programas desenvolvidos para computadores. Já na Ciência da Informação, o termo passou a englobar qualquer tipo de informação registrada em qualquer suporte, formando uma unidade orgânico-funcional.

As empresas estão em um macroambiente alimentado por informações, este é um novo paradigma onde a informação é a base das relações empresariais, independente do público. Rozados (2000) afirma que, em um cenário altamente competitivo, a maneira como as empresas utilizam a informação é um fator determinante para seu diferencial. As empresas são influenciadas por cinco forças principais ao atuar no mercado: empresas potencialmente concorrentes, fornecedores, clientes, produtos substitutos e concorrentes diretos. O relacionamento com essas forças define o grau de competitividade da empresa.

Pode-se então afirmar que novos paradigmas surgiram também para modificar a relação das empresas com os consumidores, com o público interno e com os demais públicos do ambiente desta, buscando trabalhar com a inteligência coletiva (ANDERSON 2006).

Sendo a informação a base da nova empresa e o trabalho em rede a forma de organização, vê-se o mundo corporativo estabelecendo novas interfaces de trabalho. É a troca do cartão-ponto pelas unidades de trabalho, onde mesmo os trabalhadores que desenvolvem trabalhos braçais têm à disposição totens para acessar ambientes virtuais de sua empresa e demandar serviços da área de recursos humanos, por exemplo. De acordo com Rozados (2000), tanto a intranet quanto os portais contribuem para a construção do patrimônio intelectual da empresa. A arquitetura da intranet facilita

o acesso às bases de dados, tanto internas quanto externas, permitindo a manutenção em comum dos documentos, informações e conhecimentos que formam a memória coletiva da organização. A livre circulação de informação controlada garante o fluxo de trabalho, o registro do conhecimento, o aproveitamento de lições aprendidas e a captura do chamado “capital intelectual” da instituição.

E neste ambiente, o tratamento da informação gera como produto a produção de informação documentária. Esta é a forma indicada para a organização, já que os estoques são estáticos. Buckland (1991) destaca a informação como objeto, dentro de uma estrutura em que ela pode ser processo, conhecimento ou objeto. Destaca-se que o conceito de objeto traz a visão de que todo objeto é tangível, desde que tratado tecnicamente. Tudo é possível de ser informativo, desde que seja organizado, documentado – ou seja - tratado tecnicamente.

A informação depende de um contexto que permita sua organização. O contexto determina a diferença entre informação e dados. Aqui foca-se na organização das informações nas instituições e empresas no contexto de pós-modernidade, representando através das informações semânticas e analisadas por meio de sua estrutura: a Arquitetura de Informação e as taxonomias.

## **A informação no portal**

Para esse trabalho, adotou-se o termo portais corporativos e plataformas digitais como sinônimos. Os portais corporativos surgem como plataformas de relacionamento em rede dos colaboradores com sistemas e processos das empresas. O principal objetivo de um portal é ser um ponto de acesso único (DIAS, 2001), a todas as informações e aplicativos que o usuário precisa para realizar o seu trabalho diário. Através do Portal o usuário deve ter acesso a todas as informações necessárias, aos sistemas corporativos disponíveis, a treinamentos online e às orientações gerais para o seu trabalho.

As pessoas muitas vezes são o foco da organização da informação, porém há também a necessidade de tratamento técnico destas informações, sejam elas informações do conhecimento, de registro das atividades da empresa, educativas ou informativas. Muitas vezes o usuário não conhece sistemas de classificação ou de indexação. Poucos sabem ou já viram códigos de metadados utilizados na descrição de acervos, mesmo os chamados “profissionais da informação” podem estar longe desta realidade.

Rayward (1997) aprofunda a discussão sobre organização da informação. Aqui verifica-se que o conceito de princípio monográfico foi importante para o descolamento de suporte e informação, assim chega-se à unidade informacional - a informação e sua representação. No passado, viu-se que as fichas catalográficas tomavam muito espaço, tanto quanto a informação, ou seja, ela toma espaço para ser organizada. Porém este tratamento possibilita o intercâmbio e o tratamento das informações. Nesse contexto, pode-se organizar as informações em diferentes níveis (forma ou conteúdo), criando padrões intercambiáveis.

Já Dahlberg (1993) diz que a humanidade sempre teve necessidade de organizar o conhecimento. Primeiro os filósofos, depois os enciclopedistas e mais atualmente a ciência da informação representados primeiramente por Otlet e Wuster, com o conceito da linguagem de representação do mundo. Pode-se ver que o conceito e a relação entre conceitos é a base da organização da informação. Por outro lado, Svenonius (2001) afirma que há dois fundamentos intelectuais na organização da

informação: a finalidade (refere-se também a ideologia) e a formalização dos processos com a utilização de códigos, que ainda é uma importante ferramenta neste caso.

Assim, os portais corporativos como ambientes de acesso e organização da informação são hoje fonte de trabalho para os colaboradores das empresas e de distribuição de informação. Para Toledo (2002), que classificou por etapas de desenvolvimento os portais, a terceira geração de portais corporativos é mais interativa e "incorpora aplicativos que melhoram a produtividade das pessoas e equipes, tais como correio eletrônico, calendários, agendas, fluxos de atividades, gerência de projeto, relatórios de despesas, viagens, indicadores de produtividade, etc." Logo, nota-se que os portais são a interface de relacionamento da empresa e suas informações organizadas para com seus usuários, colaboradores, clientes e acionistas, ambientes onde estes "navegam" atrás da informação para seu estado anômalo de conhecimento.

De acordo com Agner e Moraes (2003), no sentido comum, a navegação refere-se a se movimentar através do espaço. Em um sentido mais amplo, a navegação engloba o movimento virtual através de espaços cognitivos formados por informações, e o conhecimento que é adquirido a partir dessa interação. Fala-se, portanto, de pontos de acesso a todas as informações das empresas, disponibilizadas em interfaces estruturadas pela arquitetura de informação e distribuindo documentos e sendo fonte informacional organizadas pelas técnicas da ciência da informação.

No âmbito da experiência do usuário, a percepção desempenha um papel central. Essa experiência é o resultado das percepções individuais das pessoas ao utilizarem um produto ou serviço. Portanto, para avaliar a experiência do usuário, é necessário medir suas percepções em relação a esse produto ou serviço. É importante destacar que essa experiência sempre acontece por meio de uma interface e "essa interface, que atua como um intermediário entre um sistema e um usuário, é onde ocorre um diálogo e um processo comunicativo essencial" (Luz, 2024, p. 236).

## **A informação no mundo digital**

A relação dos indivíduos com a informação modificou-se após o advento da internet e das plataformas digitais. Conforme Barreto (1998), a estrutura da relação entre o fluxo de informação e o público para o qual o conhecimento é direcionado tem passado por mudanças ao longo do tempo, influenciadas pelas diversas técnicas envolvidas na transferência da informação, desde o emissor até o receptor. Ou seja, a informação adapta-se conforme os meios de sua propagação, gerando assim novos fluxos informacionais e ambientes de navegação.

De acordo com Alvarenga (2006), ao analisarmos o surgimento e o uso crescente dessas novas tecnologias, especialmente na perspectiva da ciência da informação, percebe-se uma turbulência positiva no campo do conhecimento, especialmente no que diz respeito à representação, armazenamento e recuperação de informações, áreas intimamente ligadas à cognição humana.

Pode-se afirmar que a estruturação e a distribuição das informações de hoje não é a mesma de trinta anos atrás. Mas será necessário ainda um grande passo até a ontologia para estruturar esse tipo de informação. Conforme citado por Rozados (2000), a internet é um fenômeno contemporâneo que marcará o encerramento do século XX. Sua natureza plural possibilita a descoberta de informações

extremamente diversas e a comunicação com uma ampla gama de indivíduos e organizações. Alerta que, contudo, deve ser feita a gestão e o controle da qualidade da informação.

Pode-se, assim, concluir desde já que a informação digital alterou substancialmente a relação dos indivíduos com a busca de informações, no entanto, as interfaces de relacionamento de informação, no caso os portais corporativos, não solucionam os problemas de organização da informação digital, apenas possibilitam o acesso. Por trás são necessários todo processo de organização e estruturação da arquitetura de informação.

Além disso, a incorporação da Inteligência Artificial nos processos de organização da informação também gera desafios relevantes. Questões relacionadas à transparência, explicabilidade dos algoritmos e potenciais vieses exigem uma atuação crítica e ética dos profissionais da informação. Esses profissionais passam a desempenhar funções estratégicas como curadores, auditores de qualidade dos dados e mediadores entre sistemas automatizados e usuários. Assim, o papel do arquiteto da informação ou cientista da informação se amplia, incluindo competências técnicas para compreender, avaliar e orientar o uso de ferramentas baseadas em IA.

## **Arquitetura de informação**

A arquitetura de informação é a técnica utilizada no planejamento de ambientes digitais. Segundo Camargo (2004) a arquitetura da informação é um dos fatores importantes em uma biblioteca digital ou em qualquer tipo de site, pois essa arquitetura determina a disposição do conteúdo e a estratégia de navegação do usuário. Conforme alerta a pesquisadora, antes de elaborar a interface deve-se preocupar com o conteúdo que será inserido e como isso será adicionado à página.

Assim, configura-se a necessidade de levantar junto a essas interfaces corporativas – as intranets e portais – a metodologia de organização dessas informações. É necessário a análise de qual forma a organização de informações os portais corporativos utilizam, priorizando o tipo de classificação de informação e seu público.

O estudo de plataformas digitais, com os portais corporativos, que possibilitam o registro orgânico, do conhecimento e o foco no usuário através de tratamento técnico de informações e da estratégia utilizada para seu planejamento é importante dentro do conceito de organização da informação na sociedade pós-moderna.

Assim, se concentra na informação, para ver como possa ser preservada e circular socialmente (coleta, seleção, organização, acesso). E aprofunda-se na questão do acesso à informação, analisando a difusão desta, a emissão e recepção e as diferentes configurações para os públicos desses sites.

A arquitetura de ambientes digitais passa por identificar os tipos de informações depositadas e a forma de organização (taxonomias), exibição, priorização e utilização de informações para os públicos, além da forma como a organização da informação é representada tecnicamente, ou seja, se utiliza ou não linguagem documentária, por exemplo.

## Considerações finais

A interação entre a Ciência da Informação (CI) e a Arquitetura da Informação (AI) revela um campo de estudo intrinsecamente interligado, mas que apresenta diferenças notáveis em seus enfoques e objetivos. Ambas as disciplinas compartilham o objetivo comum de facilitar o acesso e a recuperação de informações, no entanto, suas abordagens e metodologias divergem de maneira significativa, refletindo suas respectivas áreas de especialização e objetivos.

A convergência entre CI e AI é evidente na forma como ambas as disciplinas buscam aprimorar a organização e o acesso à informação. A Ciência da Informação fornece uma base teórica robusta para a organização da informação, explorando conceitos fundamentais como taxonomia, metadados e ontologias. Esses conceitos são cruciais para a Arquitetura da Informação, que os utiliza para criar estruturas digitais acessíveis e funcionais. A aplicação prática desses princípios teóricos é um exemplo claro de como a teoria da CI é traduzida em práticas concretas na AI, com o objetivo de otimizar a navegação e a usabilidade em ambientes digitais.

Entretanto, as diferenças entre as disciplinas são marcantes. Enquanto a Ciência da Informação foca na organização e no valor documental da informação, abordando questões como preservação e catalogação, a Arquitetura da Informação prioriza a eficiência e a eficácia na utilização da informação, com ênfase na usabilidade e na experiência do usuário. Essa diferença de foco reflete as necessidades distintas de profissionais e usuários. A metodologia da CI, muitas vezes orientada para a teoria e a pesquisa acadêmica, proporciona os fundamentos sobre os quais a AI constrói suas práticas orientadas para o design. Por sua vez, a AI traduz essas teorias em aplicações práticas que impactam diretamente a interação do usuário com os sistemas digitais.

A influência mútua entre CI e AI é particularmente evidente nas tendências emergentes, como a web semântica e as tecnologias avançadas de busca e navegação. A web semântica, conforme discutido por Robredo (2010), destaca a importância de estruturas de informação bem definidas e interconectadas, que são viabilizadas pela aplicação de taxonomias e ontologias da CI. Essas estruturas são fundamentais para a criação de experiências digitais mais sofisticadas e enriquecedoras. Além disso, as tecnologias emergentes, como inteligência artificial e machine learning, estão moldando o futuro da organização da informação, permitindo a criação de sistemas mais adaptativos e inteligentes. A integração dessas tecnologias com os fundamentos da CI e as práticas da AI pode levar a inovações significativas na forma como a informação é estruturada e acessada.

Apesar dessas oportunidades, a integração entre CI e AI enfrenta desafios consideráveis. Alinhar os objetivos e métodos das duas disciplinas requer uma compreensão profunda das práticas e teorias de ambas as áreas. A aplicação coesa desses conhecimentos em ambientes digitais é complexa e exige um esforço contínuo para superar as diferenças metodológicas e práticas. No entanto, a colaboração entre CI e AI oferece a possibilidade de criar sistemas de informação mais sofisticados e centrados no usuário, que não apenas organizam a informação de maneira eficiente, mas também melhoram a experiência geral do usuário.

A integração da Inteligência Artificial à Ciência da Informação e à Arquitetura da Informação desafia os profissionais a revisitar seus papéis. Se antes o foco estava na descrição manual, hoje emerge a função de supervisionar, ajustar e auditar algoritmos de classificação e recomendação. Essa atuação

híbrida exige competências em análise de dados, ética da informação e curadoria de qualidade, assegurando que a automação não comprometa princípios como confiabilidade, neutralidade e privacidade dos dados. Assim, a sinergia entre teoria, prática e tecnologia se amplia, abrindo espaço para pesquisas futuras sobre a governança da IA nos sistemas de informação.

As tecnologias de IA também impulsionam o desenvolvimento da web semântica, viabilizando ontologias mais complexas e redes de conhecimento interligadas. Ferramentas de aprendizado de máquina conseguem reconhecer relações contextuais entre termos e conceitos, facilitando a criação de grafos de conhecimento que enriquecem a estrutura informacional. Assim, a integração entre CI, AI e IA contribui para ambientes digitais mais inteligentes, onde a informação é organizada de forma dinâmica, interoperável e orientada a dados vinculados (linked data).

Entre as tendências que despontam, destacam-se o uso de ontologias dinâmicas (Gruber, 2008; Noy & McGuinness, 2001), grafos de conhecimento (knowledge graphs) (Hogan et al., 2021) e sistemas de busca semântica que associam dados estruturados e não estruturados (Singhal, 2012). Além disso, surgem plataformas capazes de gerar automaticamente resumos, classificar documentos de forma contextual e até identificar lacunas informacionais para apoiar a tomada de decisão (Manning, Raghavan & Schütze, 2008; Bawden & Robinson, 2020). Essas inovações, combinadas com as abordagens consolidadas da Ciência da Informação, apontam para um futuro em que a organização da informação será cada vez mais dinâmica, preditiva e centrada na experiência individual de cada usuário.

Este debate sublinha a importância de uma abordagem integrada e interdisciplinar para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades na organização da informação digital. A interação entre CI e AI continua a evoluir, moldando o futuro da gestão da informação e da experiência do usuário em ambientes digitais. A sinergia entre teoria e prática é essencial para desenvolver soluções inovadoras que atendam às necessidades emergentes de um mundo digital em constante transformação.

A organização de informações em portais corporativos passa por definir a arquitetura de informação de ambientes digitais no contexto da interação com diferentes públicos-alvo e diferentes tipos de informação e como a organização da informação é representada tecnicamente, se utiliza ou não linguagem documentária. Vimos a relação da informação estruturada e digital nos ambientes corporativos e virtuais, dos ambientes digitais 3.0 e a contribuição da linguagem documentária e taxonomias na nova realidade semântica.

Com ela, pretende-se estabelecer relações entre ambientes digitais e organização da informação, apontando as generalizações e os princípios básicos, que tenham comprovações nas observações experimentais.

Verificou-se que há uma relação entre ambientes digitais (portais), web semântica, taxonomia e linguagens documentárias e a forma de estruturação da informação através da AI (arquitetura de informação), buscando explicar certas observações ou resultados obtidos. Buscará explicar as limitações no desenvolvimento de seu trabalho de pesquisa e sugerir, se for o caso, novas pesquisas tendo em vista as limitações do trabalho de pesquisa e a experiência adquirida no desenvolvimento da análise.

## Referências Bibliográficas

---

- Agner, L., & Moraes, A. (2003). Navegação e arquitetura de informação na web: A perspectiva do usuário. *Boletim Técnico do Senac*, 29(1), 52–60.
- Alvarenga, L. (2006). Organização da informação nas bibliotecas digitais. In M. M. L. Naves & H. Kuramoto (Orgs.), *Organização da informação: Princípios e tendências* (pp. 76–98). Brasília: Briquet de Lemos/Livros.
- Araújo, V. M. R. H. de. (1995). Sistemas de informação: Nova abordagem teórico-conceitual. *Ciência da Informação*, 24(1).
- Barreto, A. de A. (1994). A questão da informação. *São Paulo em Perspectiva*, 8(4), 3–8.
- Barreto, A. de A. (1998). Mudança estrutural no fluxo de informação e do conhecimento: A comunicação eletrônica. *Ciência da Informação*, 27(2), 122–127.
- Battisti, J. (n.d.). Site pessoal. Disponível em <http://www.juliobattisti.com.br/artigos/ti/portais.asp>
- Bawden, D., & Robinson, L. (2020). *Introduction to information science* (2nd ed.). London: Facet Publishing.
- Buckland, M. (1991). Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, 45(5), 351–360.
- Café, L., & Sales, R. (2010). Organização da informação: Conceitos básicos e breve fundamentação teórica. In J. Robredo & M. Bräscher (Orgs.), *Passeios no bosque da informação: Estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento* (pp. 115–129). Brasília: IBICT. Disponível em <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>
- Camargo, L. S. A. de A. (2004). *Arquitetura da informação para biblioteca digital personalizável* (Dissertação de mestrado).
- Castilhos Karam, F. J. (2010). Alguns apontamentos e um futuro aberto: Sociedade da informação e do conhecimento, convergência tecnológica, diversidade midiática e ciberjornalismo. The Free Library. Disponível em <http://www.thefreelibrary.com/Alguns+apontamentos+e+um+futuro+aberto%3A+sociedade+da+informacao+e+do...-a0306356838>
- Dahlberg, I. (1993). Knowledge organization: Its scope and possibilities. *Knowledge Organization*, 20(4), 211–222.
- Dias, C. A. (2001). Portal corporativo: Conceitos e características. *Ciência da Informação*, 30, 50–60.
- Gruber, T. R. (2008). Ontology. In L. Liu & M. T. Özsu (Eds.), *Encyclopedia of database systems* (pp. 1963–1965). Boston, MA: Springer.
- Hogan, A., Blomqvist, E., Cochez, M., d'Amato, C., de Melo, G., Gutiérrez, C., ... & Polleres, A. (2021). Knowledge graphs. *ACM Computing Surveys*, 54(4), 1–37.

- Luz, C. (2024). A experiência do usuário e arquitetura da informação com ferramentas para definição de repositórios. In B. Lessa & D. L. Leal (Orgs.), *Virtualidades impressas: Registro de ensino, pesquisa e extensão do Projeto Sala Aberta*. UFBA. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/39255>
- Macedo, F. L. (2003). *A arquitetura da informação no contexto da ciência da informação (Dissertação de mestrado)*. Universidade de Brasília. Disponível em [www.cid.unb.br/publico/setores/100/145/download/DISSERTAÇÃO.pdf](http://www.cid.unb.br/publico/setores/100/145/download/DISSERTAÇÃO.pdf)
- Manning, C. D., Raghavan, P., & Schütze, H. (2008). *Introduction to information retrieval*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Monteiro, F. (2010). *Organização da informação: Proposta de elementos de arquitetura da informação para repositórios digitais institucionais, baseados na descrição física e temática*. In J. Robredo & M. Bräscher (Orgs.), *Passeios no bosque da informação: Estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento* (pp. 130–145). Brasília: IBICT. Disponível em <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>
- Noy, N. F., & McGuinness, D. L. (2001). *Ontology development 101: A guide to creating your first ontology*. Stanford Knowledge Systems Laboratory.
- Rayward, W. B. (1997). The origins of information science and the International Institute of Bibliography/International Federation for Information and Documentation (FID). *Journal of the American Society for Information Science*, 48(4), 289–300.
- Robredo, J. (2010). *Ciência da informação e Web semântica: Linhas convergentes ou linhas paralelas?* In J. Robredo & M. Bräscher (Orgs.), *Passeios pelo bosque da informação: Estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento* (pp. 12–47). Brasília: IBICT. Disponível em <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>
- Rosenfeld, L., & Morville, P. (2002). *Information architecture for the world wide web*. Sebastopol, CA: O'Reilly Media.
- Rozados, H. B. F. (2000). *Impactos da intranet em unidades de informação de ensino superior da grande Porto Alegre*. Disponível em [http://abraic.org.br/V2/periodicos\\_teses/ic\\_a31.pdf](http://abraic.org.br/V2/periodicos_teses/ic_a31.pdf)
- Rozados, H. B. F. (2005). *Uso de indicadores na gestão de recursos de informação*. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 3(1). Disponível em <http://server01.bc.unicamp.br/seer/ojs/viewarticle.php?id=41&layout=abstract>
- Saracevic, T. (1992). *Information science: Origin, evolution and relations*. In P. Vakkari & B. Cronin (Eds.), *Conceptions of library and information science: Historical, empirical and theoretical perspectives* (pp. 5–27). London: Taylor Graham.
- Silva, A. M. da, & Paletta, F. C. (2022). *Ciência da Informação: Estudos de epistemologia e de ética*.
- Singhal, A. (2012). *Introducing the Knowledge Graph: Things, not strings*. Official Google Blog. Disponível em <https://blog.google/products/search/introducing-knowledge-graph-things-not/>
- Svenonius, E. (2001). *The intellectual foundation of information organization*. Cambridge, MA: MIT Press.

Targino, M. (1995). A interdisciplinaridade da ciência da informação como área de pesquisa. *Informação & Sociedade*, 5(1).

Toledo, A. M. (2002). Portais corporativos: Uma ferramenta estratégica de apoio à gestão do conhecimento. Disponível em <http://dataware.nce.ufrj.br:8080/dataaware/publicacoes/dataaware/fisico/teses/gestaodocoeshecimento/TOLEDO-2002.pdf>

# Comunicação institucional em IES sob a ótica da infocomunicação e da dialógica Moriniana: uma investigação qualitativa<sup>1</sup>

*Institutional Communication in Higher Education Institutions from the Perspective of Infocommunication and Morin's Dialogics: A Qualitative Investigation*

**Jorge Manoel Adão**

**Universidade Estadual de Goiás (UEG Luziânia), Brasil**

[jorge.adao@ueg.br](mailto:jorge.adao@ueg.br)

## Resumo

O presente artigo, intitulado “Comunicação institucional em IES sob a ótica da infocomunicação e da dialógica moriniana: uma investigação qualitativa”, possui como problema de pesquisa: como estão organizadas as equipes ou setores de comunicação institucionais nas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil e quais seus desafios. Em geral, objetiva investigar, em níveis acadêmico e científico, a organização de Setores de Comunicação Institucionais (SCI) – com suas respectivas equipes de profissionais -, e desafios de IES públicas brasileiras, sob a ótica da infocomunicação e da dialógica moriniana da teoria da complexidade. A fundamentação teórica embasa-se, em especial em: Kunsch (2002; 2006) e Ventura (2021), para comunicação organizacional e institucional; Gouveia e Silva (2020; 2023) para infocomunicação; e, Morin (2002; 2003; 2005), para a dialógica da teoria da complexidade. Como metodologia adotada, trata-se de uma pesquisa qualitativa teórica. Esta investigação ratifica que a informação e a comunicação, como infocomunicação,

## Abstract

*This article, entitled "Institutional Communication in Higher Education Institutions from the Perspective of Infocommunication and Morinian Dialogic: A Qualitative Investigation," addresses the following research question: how institutional communication teams or sectors are organized in Higher Education Institutions (HEIs) in Brazil and what challenges they face. In general, it aims to investigate, at an academic and scientific level, the organization of Institutional Communication Sectors (ICS)—with their respective teams of professionals—and the challenges faced by Brazilian public HEIs, from the perspective of infocommunication and Morinian dialogism of complexity theory. The theoretical foundation is based, in particular, on Kunsch (2002; 2006) and Ventura (2021), for organizational and institutional communication; Gouveia and Silva (2020; 2023) for infocommunication; and Morin (2002; 2003; 2005), for the dialogism of complexity theory. The methodology adopted is theoretical qualitative research. This investigation confirms that*

<sup>1</sup> O presente artigo é fruto de uma pesquisa de pós-doutoramento, com lócus na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal), realizada no período de outubro de 2024 a outubro de 2025, intitulada “Infocomunicação na era digital à luz da dialógica moriniana: abordagem a partir do setor de comunicação institucional da Universidade Estadual de Goiás – UEG”, com a supervisão de Armando Manuel Barreiros Malheiro da Silva.

são dimensões estratégicas para as universidades, não apenas como instrumentos organizacionais, mas como mediações fundamentais entre instituições, Estado e sociedade, contribuindo para a democratização do conhecimento e para a construção da cidadania. Enfim, constatamos que a infocomunicação presentifica a teoria da complexidade porque, desde o fato de ela ser constituída pela informação e pela comunicação, abarca, constitui-se e apresenta-se como interdisciplinar. E, conseqüentemente, é também dialógica na medida em que contém interações, encontros de ordem, desordem e organização.

**Palavras-chave:** Setores de Comunicação Institucional; Instituições de Ensino Superior; Infocomunicação; Princípio da Dialógica de Edgar Morin.

*information and communication, as infocommunication, are strategic dimensions for universities, not only as organizational instruments, but also as fundamental mediators between institutions, the State, and society, contributing to the democratization of knowledge and the construction of citizenship. Ultimately, we found that infocommunication embodies complexity theory because, since it is constituted by information and communication, it encompasses, constitutes, and presents itself as interdisciplinary. Consequently, it is also dialogical insofar as it contains interactions, encounters of order, disorder, and organization.*

**Keywords:** Institutional Communication Sectors; Higher Education Institutions; Infocommunication; Edgar Morin's Dialogic Principle.

## Introdução

O presente artigo possui como temática a “Comunicação institucional em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras: sob a ótica da infocomunicação e da dialógica moriniana: uma investigação qualitativa”. Esta abordagem possui como problema de pesquisa: como estão organizadas as equipes ou Setores de Comunicação Institucionais em Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil e quais seus desafios, presentificando a infocomunicação e a dialógica moriniana da teoria da complexidade?

Em geral, este estudo objetiva investigar, em níveis acadêmico e científico, a organização de Setores de Comunicação Institucionais (SCI) – com suas respectivas equipes de profissionais -, e desafios de IES públicas brasileiras, sob a ótica da infocomunicação e da dialógica moriniana da teoria da complexidade. E, como objetivos específicos: (a) explicitar os conceitos e entendimentos de comunicação institucional, de infocomunicação e do princípio dialógico da teoria da complexidade de Edgar Morin; (b) identificar os Setores de Comunicação Institucional (SCI) de IES públicas brasileiras e suas respectivas organizações e elementos constituintes; (c) e, enfatizar alguns elementos basilares e importantes destes e para estes Setores de Comunicação Institucional de IES públicas brasileiras.

Contemporaneamente, vivemos em contextos complexos e desafiadores, em nível global e local, nas dimensões sociais, políticas e econômicas, marcados por conflitos bélicos entre países, crise climática, desigualdades sociais e desrespeito às diversidades grupais e individuais – como as relacionadas a gênero, sexualidade, raça e etnia. Tais situações, certamente, impactam e desafiam os setores de informação e comunicação nas Instituições de Ensino Superior.

E, especificamente, vivemos uma revolução, em nível de informação e comunicação. Em outras palavras, a informação, seja correta ou não, se encontra à disposição de qualquer usuário. Ou seja, desde meados da década de 1980, estamos acompanhando um crescendo sempre mais rápido das tecnologias em todos os segmentos de nossas vidas individuais, em grupos, em sociedades em todos os níveis. Este contexto de mudanças, como não poderia deixar de ser, afeta também as áreas de

informação e comunicação, em nosso caso, em nível de pesquisas acadêmico-científicas. Em outras palavras, em nível de informação e comunicação, vivemos em um contexto mais digital e conectado. Conforme Gouveia e Silva (2020, p. 18), “vivemos num mundo digital, conectado, dependente, complexo e entrópico e que impõe novos e recorrentes desafios”.

A presente investigação, como embasamento teórico, utiliza, entre outros: Kunsch (2002; 2006) e Ventura (2021), para comunicação organizacional e institucional; Gouveia e Silva (2020;2023), InFocom (2020), Araújo, Paula e Silva Neto (2022), Lopes (2022), Passarelli, Silva e Ramos (2014), para infocomunicação; e, Morin (2002; 2003; 2005), Morin e Le Moigne (2000), Morin, Ciurana e Motta (2003), para a dialógica da teoria da complexidade.

Como conceito e entendimento de comunicação institucional, utilizamos a definição de Kunsch (2006), que a coloca como partícipe da comunicação organizacional. Essa autora propões e defende uma comunicação organizacional integrada “em que a comunicação institucional, a comunicação mercadológica, a comunicação interna e a comunicação administrativa canalizem, de maneira unida, toda a sua sinergia para os objetivos institucionais/corporativos e negociais das organizações” (id. *ibid.*, p. 10).

Para essa autora, citada acima, a Comunicação Institucional (Relações Públicas), juntamente com o Marketing (Comunicação Mercadológica), são as duas áreas fulcrais para a direção da comunicação organizacional. “A primeira abarcaria, pela sua essência teórica, a comunicação institucional, a comunicação interna e a comunicação administrativa. O Marketing responderia por toda a comunicação mercadológica” (Kunsch, 2006, p. 16).

O termo aglutinado “infocomunicação”, em nível de origem e histórico, é utilizado pela primeira vez por Gouveia e Silva (2023, p. 55), no livro “e-Infocomunicação: estratégias e aplicações”, publicado no ano de 2014. E, em nível de conceito e entendimento, esses mesmos autores nos chamam a atenção para que

Tomemos, pois, a infocomunicação não apenas como um conceito operatório, mas como a expressão funcional de um objeto de estudo que, desde logo, desafia a Ciência da Informação a construí-lo e a explorá-lo enquanto ‘arco processual’ ou ciclo dinâmico, basculando do contextual ao aplicativo e tecnológico, e que, conseqüentemente, agrega construtivamente as Ciências da Informação e da Comunicação, através de três eixos fundamentais: 1º. Gênese/produção do fluxo informacional; 2º. Organização e representação da informação; 3º. ‘Recepção’, busca e uso ou comportamento informacional (Gouveia e Silva, 2020, p. 29, grifos dos autores).

Podemos perceber que, contemporaneamente, a infocomunicação vem sendo abordada em diferentes áreas, como exemplo, com a supervisão e/ou coautoria de Armando Manuel Barreiros Malheiro da Silva, citamos as seguintes investigações: (a) de Gouveia e Silva (2023), “Método e infocomunicação: introdução à dinâmica quadripolar da pesquisa”; (b) de Braga, Silva e Santos (2019), “A infocomunicação no contexto das cooperativas de base agrícola Cooperreca, Cooperprojirau e Coomade em Rondônia, Brasil”; (c) de Silva e Gouveia (2023), “Da infocomunicação ou uma abordagem interdisciplinar”; (d) e, de Silva (2024), “A infocomunicação em comunidades rurais de baixa literacia: proposta de um modelo de orientação colaborativa para e-turismo em Fontoura”.

Em nível metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa teórica. Sobre modalidades e metodologias de pesquisa científica, Severino (2014) afirma que, em geral, é preferível se falar em abordagem qualitativa, pois a nota “qualitativa” não se refere, necessariamente, a uma metodologia em específico. Nas palavras do próprio autor: “são várias metodologias de pesquisa que podem adotar uma abordagem qualitativa, modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas” (id. ib., p. 125).

Sobre a etimologia, conceito e entendimento de “teoria”, do grego Θεωρία (theoria), concepção, reflexão, contemplação, olhar para algo. Para Severino (2014, p. 90), teoria é um “conjunto de concepções, sistematicamente organizadas; síntese geral que se propõe a explicar um conjunto de fatos cujos subconjuntos foram explicados pelas leis”.

Enfim, esse artigo apresenta os seguintes tópicos: fundamentação teórica, onde apresenta, brevemente informação e comunicação, infocomunicação e a dialógica moriniana da teoria da complexidade; Setores de Comunicação Institucionais de IES brasileiras; infocomunicação e dialógica moriniana presentificadas em SIC de IES: e, Infocomunicação e dialógica moriniana presentificadas em SIC de IES, como considerações finais.

## **1. Comunicação institucional, infocomunicação e dialógica moriniana**

Como já anunciado na introdução da presente abordagem, temos e apresentamos como embasamento teórico, especificamente, os conceitos e entendimentos de comunicação organizacional e institucional, infocomunicação e a dialógica ou princípio dialógico da teoria da complexidade de Edgar Morin.

### **1.1. Comunicação institucional**

Em termos de conceito e entendimento de comunicação institucional, como já anunciado na introdução deste texto, adotamos a definição de Kunsch (2006), que a coloca como constituinte da comunicação organizacional. Em outras palavras, esta autora ao propor e defender uma comunicação organização integrada, explicita que esta é composta por um mix da Comunicação nas Organizações, que integra a Comunicação Institucional (Relações Públicas), a Comunicação Interna (Comunicação Administrativa) e a Comunicação Mercadológica (Marketing).

Por sua vez, Kunsch (2006) apresenta, em forma de diagrama, estas áreas ou modalidades que compõem o mix da Comunicação nas Organizações, que constituem a Comunicação Organizacional Integrada, com os seguintes segmentos da Comunicação, respectivamente:

- (a) Comunicação Institucional (Relações Públicas) – Marketing Social, Marketing Cultural, Jornalismo Empresarial, Assessoria de Imprensa, Identidade Corporativa, Imagem Corporativa, Editoração Multimídia e Publicidade Institucional;
- (b) a Comunicação Interna (Comunicação Administrativa) – Processo Comunicativo, Fluxos Informativos, Redes Formais e Informais, Barreiras e Mídias Internas;
- (c) e, Comunicação Mercadológica (Marketing) – Publicidade, Promoção de Vendas, Feira e Exposições, Marketing Direto, Merchandising e Venda Pessoal (id. ibid., p. 16).

Kunsch (2006), ao conceituar comunicação organizacional, afirma que vem se debruçando nesta temática desde a década de 1980 e que esta continua em estado de desenvolvimento. Assim, esta autora expressa que, em terras brasileiras, “o que defendemos é a adoção, por parte das organizações, de uma filosofia da comunicação integrada e a não-fragmentação dessa comunicação” (id. ib., p. 15). Esta autora explicita que, as expressões “comunicação organizacional”, “comunicação empresarial” e “comunicação corporativa” “são terminologias usadas indistintamente no Brasil para designar todo o trabalho de comunicação levado a efeito pelas organizações em geral” (Kunsch, 2002, p. 72).

Enfim, para Kunsch (2002, p. 72), a “comunicação organizacional, como objeto de pesquisa, é a disciplina que estuda como se processa o fenômeno comunicacional dentro das organizações no âmbito da sociedade global. Ela analisa o sistema, o funcionamento e o processo de comunicação entre a organização e seus diversos públicos”. E, como explicitado acima, comunicação organizacional esta que compreende a comunicação institucional. Em outras palavras, uma comunicação organizacional integrada “em que a comunicação institucional, a comunicação mercadológica, a comunicação interna e a comunicação administrativa canalizem, de maneira unida, toda a sua sinergia para os objetivos institucionais, corporativos e negociais das organizações” (Kunsch, 2006, p. 10).

## **1.2. Infocomunicação**

Em termos conceituais, como já anunciado desde o título da presente abordagem, e presente no termo aglutinado, a “infocomunicação” constitui-se, simultaneamente, de informação e comunicação. Assim, Lopes (2022) destaca que, separadamente, as ciências da informação e da comunicação não tinham a capacidade de abordar, englobar todos os fenômenos emergentes, contemporâneos em níveis de comunicação e informações da sociedade. Ou seja, para esta autora, “[...] a Infocomunicação pode ser compreendida como a união de dois campos de pesquisas ligados de modo interdisciplinar e transdisciplinar com um objetivo em comum: compreender de forma mais complexa os fenômenos que abrangem as novas formas de comunicação e informação da sociedade atual [...]” (id. ib., p. 6).

Em nível de contextualização da Infocomunicação, conforme Gouveia e Silva (2020), vivemos em uma realidade em que o analógico foi transformado pelo digital, em um contexto multiverso; e, em um ecossistema digital, “[...] que torna o mundo cada vez mais digitalizado e se relaciona com este por múltiplas formas, criando novos relacionamentos e transformando modos mais tradicionais de processar, organizar e comunicar informação (id. ib., p. 18).

Lopes (2022, p. 5) enfatiza que o surgimento da Infocomunicação, como uma linha específica de pesquisa e como campo interdisciplinar, se dá neste contexto de necessidade de compreensão de mudanças sociais. Especificamente,

As iniciativas para o surgimento dessa nova linha de pesquisa e campo epistemológico transdisciplinar partiu de instituições provenientes de Portugal e Brasil (mais precisamente na Universidade do Porto, Universidade de Aveiro e na Universidade de São Paulo-USP), em um esforço conjunto de compreender as atuais interações sociais mediadas pelas novas tecnologias da informação e da comunicação (id. ib., p. 6).

A infocomunicação, como partícipe da Ciência da Informação, em nível de entendimento conceitual, conforme Araújo, Paula e Silva Neto (2022), trata-se de um processo de intercâmbio com várias causas. Ou seja, que se constitui de informação e comunicação:

[...] (1) no aspecto informacional, se sustenta na noção de que a informação é (A) derivada da apreensão cognitiva (a partir da reunião de representações e experienciais/percepções sobre os objetos) que os indivíduos fazem de protoinformações; e (B) é, simultaneamente, fixada na mente desses indivíduos – entendidos como mecanismos replicadores de ideias passíveis de se reproduzirem e se modificam através de seleção, associações, variações e acumulação de variantes que seguem o modelo evolutivo darwiniano (advinda da memética) quando das interações com novos ‘hospedeiros’ – e que, (2) no aspecto comunicacional, é sustentada por relações estabelecidas entre indivíduos que comunicam, não somente uma determinada quantidade de informações, mas também intercambiam significações (id. ib., p. 9-10, grifo dos autores).

### 1.3. Dialógica moriniana

A dialógica ou princípio dialógico, aqui como categoria de análise, como enfatizado, desde o título desta abordagem, faz parte da teoria moriniana da complexidade. Edgar Morin nasceu em Paris (França), em 1921. É formado em História, Geografia e Direito, migrou para a Filosofia, à Sociologia e à Epistemologia, depois de ter participado da Resistência ao Nazismo na França ocupada na II Guerra Mundial. Autor de mais de 70 livros, tornou-se um dos pensadores mais importantes do século XX. Este autor, sendo conhecido, em geral, por sua obra intitulada O Método, estuda, explicita e propõe para o conhecimento humano uma perspectiva transdisciplinar. Sobre a obra O Método, Santos et al. (2023, p. 4504) afirmam que

A escrita dessa obra é resultado de um processo longo de aprendizado, de idas e vindas às suas ideias mais profundas sobre a vida e a natureza. Um verdadeiro percurso epistemológico, de reflexão, de construção e reconstrução do seu ser. [...] Seu pensamento complexo teve impacto significativo em vários campos, especificamente em educação, filosofia, sociologia, mídia, ecologia, ciência política, antropologia e estudos de sistemas biológicos complexos.

Na teoria da complexidade, o termo “complexo”, do latim *complexus*, significa aquilo que é tecido, entrelaçado em conjunto. As relações complexas são, simultaneamente, complementares, concorrentes e antagônicas. Assim, o desafio está no alcance de um conhecimento complexo, que consiste em poder rejuntar uma informação a seu contexto e ao conjunto ao qual pertence (Morin, 2002).

Na teoria da complexidade, a dialógica constitui-se em um dos princípios fundamentais do pensamento complexo de Edgar Morin (Santos, Santos e Chiquieri, 2009). Isto é, o diálogo, em Morin, transforma-se em princípio dialógico, que nos permite manter a dualidade no sentido da unidade.

Em Morin e Le Moigne (2000, p. 205), o pensamento complexo é um pensamento que se pensa. “[...] É preciso articular os princípios da ordem e da desordem, da separação e da junção, de autonomia e da dependência, que estão em dialógica (complementares, concorrentes e antagônicas), no seio do universo [...]”.

Na teoria da complexidade, em nível geral, são três princípios que nos ajudam a pensar a complexidade (o dialógico, o recursivo e o hologramático). Simultaneamente, estes três princípios são também os princípios da reaprendizagem pela religação; ou seja, são os princípios da religação dos saberes. No princípio dialógico há duas lógicas: “[...] estes dois princípios (duas lógicas) não são simplesmente justapostos, eles são necessários um ao outro [...]” (Morin, 2005, p. 73).

No princípio recursivo ou da recursão organizacional há um ciclo autoconstrutivo, auto-organizador e autoconstrutor. Esse princípio - afirmando que os produtos e efeitos gerados por um processo são, ao mesmo tempo, co-causadores desse processo - revela um circuito onde os efeitos retroagem sobre as causas, sendo os próprios produtos produtores do que os produz. Conforme Morin, Ciurana e Motta (2003, p. 31), “é um processo no qual os efeitos ou produtos são, simultaneamente, causadores e produtores do próprio processo, no qual os estados finais são necessários para a geração dos estados iniciais”.

O princípio hologramático reconhece que a parte está no todo e o todo está na parte. “Um holograma é uma imagem em que cada ponto contém a quase totalidade da informação sobre o objeto representado [...]” (Morin, 2002, p. 302). Morin, Ciurana e Motta (2003, p. 31), abordando este princípio enfatizam que “assim como num holograma, cada parte contém praticamente a totalidade da informação do objeto representado; em qualquer organização complexa, não só a parte está no todo, mas também o todo está na parte”.

Conforme Menezes e Lago (2015, p. 475), na complexidade, a ligação fundamental deve ser de natureza dialógica, o que implica uma unidade simbiótica de duas lógicas, que simultaneamente alimentam uma à outra, se opõe e se combatem mutuamente. Em outras palavras,

O diálogo (διάλογος), elaboração dos gregos antigos, na acepção de Morin, transforma-se em um princípio teórico: o princípio dialógico. Um princípio que possibilita a articulação de ideias que à primeira vista, são antagônicas, mas, ao mesmo tempo, complementares e possibilita religação de diferentes saberes, construindo relações das partes com o todo, em busca de uma compreensão significativa (Santos, Santos e Chiquieri, 2009, p. 02, grifo dos autores).

A dialógica, em Morin, manifesta-se, realiza-se no anel tetralógico (ordem – desordem - interações/encontros - organização). Isto é, este autor se utiliza do anel tetralógico para explicar (na relação dialógica) a relação recursiva, complementar, concorrente e antagônica. Assim, quando duas lógicas se encontram elas geram, são, simultaneamente, relações (de): recursividade (circuito de alimentação recíproca); complementaridade (sociedades, associações, mutualismos); concorrência (competições e rivalidades); e, de antagonismo (parasitismo, depredações).

No anel ou circuito tetralógico, ordem, desordem e organização se estruturam e são inconcebíveis sem interações. Ou seja,

[...] O circuito tetralógico significa também que quanto mais a organização e a ordem se desenvolvem, mais elas tornam-se complexas, mais elas toleram, utilizam e até necessitam da desordem. [...] Esses termos ordem/organização/desordem e, sem dúvida, interação se desenvolvem mutuamente uns nos outros. O circuito tetralógico significa então que não se saberá isolar ou hipostasiar algum desses termos. Cada um adquire sentido na sua relação com

os outros. E preciso concebê-los juntos ou seja, como termos ao mesmo tempo complementares, concorrentes e antagônicos (Morin, 2002, p. 78-79, grifos do autor).

Na teoria da complexidade, o princípio dialógico diferencia-se da dialética hegeliana; “[...] pois, em Hegel, as contradições encontram uma solução e suprimem-se numa unidade superior. Na dialógica, os antagonismos persistem e são constitutivos das entidades ou dos fenômenos complexos” (Morin, 2002b, p. 300). Ou seja, este princípio moriniano une duas ou mais lógicas que se nutrem e se complementam, também ao se oporem, se contradizerem e se combaterem - constitui-se em uma condição sine qua non para a existência, ao funcionamento e ao desenvolvimento de um fenômeno organizado.

Ainda a respeito da dialética hegeliana e da dialógica moriniana, Santos et al. (2023) fazem uma abordagem intitulada “A transição da dialética para a dialógica, na trajetória de vida de Edgar Morin”. Estes autores possuem como objetivo central “apresentar um itinerário do percurso de vida e das ideias de Edgar Morin, sua transição entre dialética e dialógica e sua abordagem sobre o pensamento complexo, a fragmentação dos saberes e a transdisciplinaridade, a partir da dimensão da educação” (id. ib., p. 4508). Em poucas palavras, estes autores enfatizam que a dialética hegeliana presume momentos de superação definitivos, onde o encontro dos contrários redundariam em uma síntese finalmente superadora. “Morin não vê esta possibilidade de sínteses definitivas e sim a dura realidade da convivência dos contrários como que a sustentar o movimento da vida, o movimento da história e o movimento do pensamento” (id. ib., p. 4510).

## **2. Setores de comunicação institucionais de IES brasileiras (do Relatório Final)**

À guisa de contextualização da temática abordada, aqui, apresentamos a organização e a constituição de equipes, setores de comunicação de algumas Instituições de Ensino Superior (IES). Especificamente, apresentamos estes setores de dez universidades públicas, abrangendo todas as regiões do País. Estas universidades são as seguintes: (a) Universidade de Brasília (UnB), da Região Centro Oeste; (b) Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal de Viçosa (UFV), da Região Sudeste; (c) Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), da Região Nordeste; (d) Universidade Federal do Pará (UFPA), da Região Norte; (e) e, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Região Sul.

### **2.1. Universidade de Brasília (UnB)**

A Universidade de Brasília (UnB), em nível de organização de comunicação institucional possui a Secretaria de Comunicação (Secom). Em sua missão, a Secom

é responsável por informar a comunidade interna e externa sobre atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição. Dá transparência aos atos da administração e aos fatos associados à UnB que produzam efeitos na comunidade acadêmica. Zela pela imagem, responsabilidade ética, intelectual e administrativa da instituição (UnB, 2025, s/p).

Esta Secretaria evidencia um modelo diversificado, reunindo secretário de comunicação, coordenação de produção de conteúdo, editores, jornalistas, fotógrafos, revisores, relações públicas e suporte técnico. Essa multiplicidade de funções mostra que a comunicação institucional da UnB é concebida como espaço estratégico de diálogo entre universidade e sociedade. Ainda que não haja dados quantitativos, a descrição permite perceber a amplitude de sua estrutura (UnB, 2025).

A Secom, em sua atuação, é constituída pelos seguintes Núcleos/Unidades: Núcleo de Jornalismo Institucional e Científico; Núcleo de Mídias Sociais; Núcleo de Assessoria de Imprensa; Núcleo de Comunicação Institucional; Núcleo de Design; Núcleo de Fotografia e Audiovisual; e, Núcleo de Revisão. Especificamente, esta Secretaria conta com “designers, fotógrafos, jornalistas, revisoras, produtores culturais e relações públicas compõem a equipe de profissionais da Secom, além da participação indispensável de profissionais de apoio administrativo e suporte em tecnologia da informação” (UnB, 2025, s/p).

## **2.2. Universidade de São Paulo (USP)**

A comunicação institucional da Universidade de São Paulo (USP) é articulada pela Superintendência de Comunicação Social (SCS), órgão central responsável pela política global de comunicação. A SCS opera como eixo integrador entre a Reitoria, as unidades acadêmicas e a sociedade, coordenando veículos institucionais, campanhas e a padronização da imagem da Universidade (USP, 2025).

A SCS da USP é constituída de: Agência USP de Notícias; APG - Associação dos Pos-Graduandos; Assessoria Administrativa e Financeira; Associação dos Docentes da USP (Adusp); Banco de Dados, Banco de Dados Geral da USP; Central Técnica – Radio, Discoteca; Divisão de Informação Documentação e Serviços On-line (DVIDSON); Divisão de Relações Pública, Marketing e Publicidade; Escola do Futuro; Estúdio – Radio; Gráfica; Jornal da USP; Jornalismo – Radio; Livraria Reitoria Antiga; Posto de Informações; Protocolo; Radio USP; Revista Espaço Aberto; Revista USP; Secretaria da Administração; Teatro Universitário (TUSP); Transportes; TV USP; e, USP on-line. (USP, 2025).

Além da SCS, a USP conta com uma rede descentralizada de assessorias de comunicação em suas faculdades, institutos e museus. Essas assessorias, embora autônomas em relação às atividades cotidianas, estão vinculadas à orientação da SCS. Suas equipes costumam incluir analistas de comunicação, profissionais de jornalismo/assessoria de imprensa, design gráfico, audiovisual, gestão de portais e redes sociais, além de secretarias de apoio administrativo. Exemplos são a Escola Politécnica (Poli), a Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF) e o Instituto de Matemática e Estatística (IME), todos com setores próprios de comunicação que atuam em diálogo com a Superintendência (USP, 2025).

## **2.3. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)**

Como principal organização de comunicação institucional, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) tem o Centro de Comunicação da UFMG (Cedecom). O Cedecom, como órgão auxiliar da Reitoria, “tem entre suas atribuições contribuir para que os programas, projetos e ações da UFMG nas áreas de ensino, pesquisa e extensão se tornem conhecidos pela sociedade e zelar pela imagem

institucional”. (UFMG, 2025a, s/p.). Assim, o Cedecom atua por meio de suas mídias e serviços oferecidos à comunidade acadêmica, em uma perspectiva integrada, para alcançar seus objetivos insatitucionais. (UFMG, 2025a, s/p.).

Esta universidade também possui, em nível de estrutura de gestão, o Departamento de Comunicação Social (DCS), que, como o próprio nome sinaliza, incrementa a Comunicação Social desta IES. A atribuição da DCS é a de “planejar, coordenar e executar a política de comunicação institucional. Sua equipe inclui jornalistas, fotógrafos, designers e técnicos de audiovisual, refletindo a necessidade de integrar jornalismo, produção editorial e mídias digitais”. (UFMG, 2025b, s/p). Assim, os setores de comunicação e relações institucionais são representados pelos seguintes cargos: Diretora do Centro de Comunicação; Diretora da Imprensa Universitária; Diretora de Cooperação Institucional; Diretor e Diretora Adjunta de Relações Internacionais; e, Coordenadora de Assuntos Comunitários.

#### **2.4. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**

Atualmente, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) possui, em sua organização da comunicação institucional, a Superintendência-Geral de Comunicação Social (SGCOM) e a Coordenação de Comunicação (CoordCom), pertencente a estrutura superior da instituição, que atua “como mecanismo comunicacional integrador da Universidade, com as suas unidades acadêmicas e a sociedade em geral” (UFRJ, 2025, s/p.). Esta IES, sobre a SGCOM, ainda especifica que

Sua principal atribuição é propor e executar as diretrizes de uma política global de Comunicação Social para a instituição, bem como coordenar os serviços ligados a essa área. Os veículos da SGCOM divulgam informações originais, criam mediações na comunidade interna e sugerem o diálogo direto ou indireto com as comunidades externas, empenhando-se em aprofundar temas emergentes e aproximar o cidadão comum do cientista ou pesquisador.

Entre os serviços e núcleos de atuação da SGCOM estão os seguintes: apoio a boas práticas (diretrizes e manuais como “Manual de Estilo de Mídias Virtuais”); sites institucionais: padronização, migração de plataformas (tema Arion, WordPress etc.); divulgue sua pesquisa e assessoria de imprensa (para divulgar pesquisas via release); combate a fake news (canal para denúncias, verificação); e mailing de eventos e pautas; boletim de eventos; registros de eventos por portal dedicado.

Os setores e cargos constituintes da SGCOM da UFRJ são os seguintes: Superintendência-Geral de Comunicação Social; Diretoria de Audiovisual; Diretor de Audiovisual de Audiovisual; Equipe Diretoria de Design; Diretoria de Jornalismo; Diretoria de Operações e Projetos; e, Gráfica UFRJ.

#### **2.5. Universidade Federal de Viçosa (UFV)**

Universidade Federal de Viçosa (UFV), como setor institucional de comunicação, possui uma Diretoria de Comunicação Institucional (DCI). Essa Diretoria é responsável pela comunicação oficial da universidade, desenvolvendo atividades em jornalismo, audiovisual e mídias digitais. A equipe é formada por jornalistas, relações públicas, fotógrafos e designers, conformando uma base multidisciplinar semelhante às demais universidades analisadas (UFV, 2025).

A estrutura da equipe da DCI da UFV é constituída de seguinte forma: Diretoria de Comunicação Institucional; Seção de Expediente e Apoio Administrativo; Produção (de conteúdo e execução); Divisão de Atendimento aos Públicos; Serviço de Cerimonial (campus Viçosa); Serviço de Correspondência Institucional; Divisão de Divulgação Institucional; e, Divisão de Design Gráfico e Audiovisual.

## **2.6. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)**

Em nível de informação e comunicação institucional, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) possui a Superintendência de Comunicação (Supercom), constituída pela Assessoria de Comunicação (Ascom), Diretoria de Comunicação (Dircom) e Núcleo de TV e Rádios Universitárias (NTRU); “tem por competência planejar, coordenar e executar ações na área de comunicação com o objetivo de fortalecer a imagem institucional” (UFPE, 2025, s/p). E, cabe à Supercom: a divulgação de ações da UFPE; a produção de conteúdo estratégico, institucional e público; a gestão dos canais oficiais da UFPE nas redes sociais; a transmissão de eventos; serviços de design; planejamento de comunicação; capacitação para uso do portal institucional; e, manutenção de conteúdo no portal institucional

A Ascom apresenta uma das descrições mais detalhadas em nível de cargos e funções. A equipe é composta por jornalistas, com um coordenador de redação, além de fotógrafa, diagramadora, técnico em audiovisual, diretora de produção e designer. Também são citados jornalistas colaboradores ligados a outras unidades acadêmicas, reforçando a articulação entre setores. Essa configuração demonstra um núcleo fortemente jornalístico-editorial, apoiado em suporte gráfico e audiovisual, o que garante pluralidade de linguagens e fortalece a inserção institucional nos meios de comunicação (UFPE, 2025).

## **2.7. Universidade Federal do Pará (UFPA)**

Na Universidade Federal do Pará (UFPA), a comunicação institucional possui seu lócus na Superintendência de Comunicação (Supercom). Em outras palavras, esta Secretaria é a unidade responsável pela coordenação e execução da política de comunicação institucional da Universidade. “Ao longo dos últimos 40 anos, o órgão passou por inúmeras transformações, como reflexo do processo de desenvolvimento e crescimento desta que é a maior universidade da Amazônia e uma das principais instituições de ensino, pesquisa e extensão do País” (UFPA, 2025, s/p).

A Supercom/UFPA centraliza a comunicação institucional, reunindo jornalistas, relações públicas, fotógrafos, designers e técnicos de rádio e TV. Além disso, integra bolsistas em seus quadros, o que garante renovação e dinamicidade no trabalho. Essa combinação de servidores e estudantes ilustra a aposta na comunicação como prática formativa e estratégica para a relação entre universidade e sociedade.

A Superintendência de Comunicação da UFPA é constituída por jornalistas, relações públicas, fotógrafos, designers e técnicos de rádio e TV, além de bolsistas. E, a Ascom é organizada da seguinte forma: (a) Direção - responsável pela coordenação geral das atividades da Assessoria de Comunicação; (b) Secretaria – presta apoio administrativo e de atendimento; (c) Coordenadoria de Divulgação Científica (CDC) - responsável pela produção e difusão de conteúdos científicos e institucionais, jornalismo científico, design gráfico e apoio de bolsistas; (d) Coordenadoria de Web e Redes Sociais

(CWR) – responsável pela gestão do portal institucional, redes sociais e conteúdos digitais, jornalismo digital, revisão de textos e fotografia institucional; (e) Coordenadoria de Imprensa e Informação (CII) – com a tarefa de relacionamento com a imprensa e atendimento às demandas jornalísticas, jornalismo informativo e atendimento à imprensa (f) e, Coordenadoria de Marketing e Propaganda (CMP) - produção de campanhas publicitárias, materiais gráficos e peças institucionais, publicidade e propaganda e apoio em informática e design (UFPA, 2025).

## **2.8. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em nível de gestão e sistema de comunicação institucional, tem a Secretaria de Comunicação da UFSC (Secom), que é composta pela Agência de Comunicação (Agecom), TV UFSC e Rádio UFSC (em implantação), embasada nos princípios de boas práticas de comunicação pública (UFSC, 2025a). Esta Secretaria

atua no planejamento e em frentes estratégicas relacionadas ao seu escopo de atividades, articulando e aproximando agentes internos e externos. Viabiliza ações de capacitação e treinamento com o objetivo de preparar agentes de comunicação e gestão para desempenho das múltiplas interfaces comunicacionais. Zela pela projeção de uma imagem institucional positiva junto à sociedade, fomentando conexões e desenvolvendo ações de comunicação com foco na promoção da divulgação científica, dos valores plurais e democráticos (UFSC, 2025b, s/p).

A equipe da Secretaria de Comunicação (Secom) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) está organizada da seguinte forma: Secretário de Comunicação; Secretária Executiva; Atendimento à Imprensa; Técnico em Audiovisual – Coordenador de Implantação da Rádio UFSC; e, Estagiário de Cinema (UFSC, 2025a).

## **2.9. Universidade Federal do Paraná (UFPR)**

O sistema de comunicação institucional da Universidade Federal do Paraná (UFPR) corporifica-se na Superintendência de Comunicação (Sucom). Esta Superintendência, por sua vez, organiza-se em núcleos funcionais, cada qual voltado a uma dimensão específica da comunicação: Assessoria de Imprensa e Jornalismo, Relações Públicas, Comunicação Institucional, Redes Sociais e TV UFPR. Organização que evidencia a pluralidade de linguagens e a divisão funcional clara, refletindo a importância estratégica da comunicação para a imagem institucional. A presença da TV e a produção de podcasts demonstram a expansão para formatos contemporâneos de divulgação (UFPR, 2025).

Assim como responsabilidades e tarefas, o Jornalismo e Divulgação Científica é responsável pela produção de reportagens jornalísticas aprofundadas; divulgação científica para comunidade interna e externa. A Assessoria de Imprensa faz mediação com veículos de mídia locais e nacionais; sugestão de pautas; busca de fontes para matérias. A Administração do Portal da UFPR faz a edição de conteúdos institucionais, matérias, editoriais (“Ensino e Educação”, “Extensão e Cultura”, “Ciência e Tecnologia”, etc.).

A Revista “Ciência UFPR” realiza publicação impressa e eletrônica de divulgação científica, distribuída institucionalmente e por edições digitais. O Informativo UFPR (newsletter) publica boletim semanal por e-mail para comunidade universitária com destaques das notícias. O Podcast “Boletim UFPR” é

quem produz áudio informativo para divulgação científica/institucional. A equipe de Materiais e Campanhas Institucionais é responsável pela elaboração de campanhas de divulgação, produção de material gráfico institucional (folders, catálogos etc.).

A Relações Públicas se debruça no planejamento de ações institucionais com públicos internos e externos; comunicação pública; transparência institucional. As Redes Sociais realizam a gestão dos perfis oficiais da UFPR nas redes sociais; produção de conteúdo para esses canais. A UFPR TV é veículo de televisão universitária; que faz as produções de vídeos, transmissões de eventos institucionais. E, a Rádio UFPR Web — rádio web institucional; realiza a programação musical e boletins informativos sobre atividades universitárias.

## **2.10. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)**

Em nível de organização institucional de Comunicação, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) possui a Secretaria de Comunicação Social (Secom).

trabalha no desenvolvimento de planos e ações estratégicas que buscam o fortalecimento da identidade institucional e a excelência na interação entre a Universidade e as comunidades interna e externa. Atua na produção e circulação de conteúdo, abrangendo jornalismo impresso e digital, assessoria à imprensa, criação e gestão das redes sociais institucionais, design visual, editoração e impressão gráfica, e realização audiovisual e radiofônica, visando dialogar com diferentes públicos (UFRGS, 2025, s/p).

A Secom da UFRGS é constituída pelos seguintes setores: Assessoria de imprensa, Design visual, Gráfica, Jornal da Universidade, Comunicação Estratégica, Rádio da Universidade, Redes Sociais, UFRGS TV e UFRGS Ciência. Como atribuições, a Secom

Estabelece e executa a política de comunicação da UFRGS; agiliza os serviços de comunicação existentes na instituição e cria novos, de acordo com as necessidades; facilita a ação dos veículos de comunicação na busca de informações sobre a Universidade e mantém constante relacionamento com a imprensa; dá apoio aos eventos científicos, educacionais e culturais que se realizam na instituição (UFRGS, 2025, s/p).

Em nível geral, percebemos que as universidades, acima abordadas, apresentam núcleos de comunicação estruturados de forma convergente: jornalistas e assessores de imprensa, designers gráficos, fotógrafos, profissionais de audiovisual e gestores de mídias digitais constituem o núcleo recorrente. Em algumas instituições, como a UFRGS e a UFPA, há destaque para a participação de bolsistas, o que reforça o caráter formativo e aproxima a comunicação institucional da prática acadêmica. Em outras, como a UFPE e a UnB, observa-se maior detalhamento nominal de funções, permitindo visualizar a pluralidade interna das equipes. O padrão predominante é de equipes multidisciplinares, vinculadas à reitoria, operando por núcleos ou coordenações específicas.

### **3. Infocomunicação e dialógica moriniana presentificadas em SIC de IES: considerações finais**

Aqui, em nível de considerações finais – presentes nos objetivos desta investigação – abordamos alguns elementos basilares e centrais de Setores de Comunicação Institucional (SCI) de Instituições de Ensino Superior (IES). Esses elementos resultam de reflexões e aproximações destes SCI de IES com o fenômeno da infocomunicação e com a dialógica – princípio dialógico – da teoria da complexidade de Edgar Morin.

Em geral, com Severino (2014), em sua abordagem sobre metodologia do trabalho científico, propomos que se tenha nos SCI de IES as três dimensões de toda e qualquer atividade científica e acadêmica: a teórica, a metodológica e a técnica. Soma-se a isso a presentificação da tríplice tarefa da formação universitária, que é, ao mesmo tempo, científica, profissional e política.

Em específico, o percurso histórico da informação e da comunicação nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas brasileiras revela avanços significativos, ainda que marcados por descontinuidades. Da incorporação inicial das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) em contextos internacionais e nacionais, passando pela institucionalização de setores especializados, observa-se que a comunicação e a informação deixaram de ser apenas funções auxiliares para se consolidarem como dimensões estratégicas na vida universitária.

No cenário atual, a diversidade de arranjos organizacionais — pró-reitorias, diretorias, secretarias e superintendências — evidencia tanto a relevância crescente do tema quanto a ausência de padronização. Essa pluralidade, por um lado, permite adequação às especificidades locais; por outro, pode fragilizar a consolidação de políticas institucionais mais amplas e integradas. Estudos recentes, como os de Costa e Hoff (2020), Oliveira et al. (2023) e Ventura (2021), mostram que a vinculação direta à Reitoria e a carência de setores específicos para divulgação científica ainda limitam a amplitude da comunicação universitária.

Entre os desafios, destacam-se a necessidade de fortalecer políticas institucionais de comunicação, promover maior integração entre ciência e sociedade, ampliar a transparência e superar a lógica centrada apenas no relacionamento com a mídia. Possibilidades emergem no incentivo a práticas colaborativas em rede, na consolidação de agências interinstitucionais de divulgação científica e na valorização da aprendizagem organizacional como espaço de diálogo e participação.

Assim, pode-se afirmar que a informação e a comunicação ocupam hoje lugar estratégico no ensino superior público brasileiro. Mais do que instrumentos organizacionais, constituem mediações fundamentais entre universidade, Estado e sociedade, contribuindo para a democratização do conhecimento e para a construção da cidadania.

Na dimensão conceitual de informação e comunicação, ao se afirmar que uma não existe sem a outra (Gouveia e Silva, 2020), explicitamos que as mesmas possuem uma relação dialógica. Em outras palavras, em um primeiro momento, cada uma delas – informação e comunicação –, possuem em seus fulcros a complexidade.

Em um segundo momento, ao se explicitar a existência de uma interdisciplinaridade, na informação e na comunicação, estamos, necessariamente, nos referindo, também, a relações complexas. Maricato e Reis (2017) enfatizam que, desde a literatura, a concepção de informação e comunicação, enquanto ciências, manifesta-se de modo interdisciplinar.

Conforme o InFocom (2020, p. 14), a informação é elaborada a partir de dados e “pode ser entendida como um conceito representativo de algo que possui significado para alguém”. Assim, a complexidade está presente desde a constituição dos dados até a atribuição de significado, dependendo das pessoas e situações enquanto lócus diferentes. Da mesma forma, a complexidade está presente na própria transmissão dos dados. Ferrater Mora (2001, p. 1516) nos lembra que uma informação “que não ofereça indeterminação não é, propriamente falando, informação”. Morin (2003, p. 12) reforça que “a comunicação ocorre em situações concretas, acionando ruídos, culturas, bagagens diferentes e cruzando indivíduos diferentes. Ela é sempre multidimensional e complexa”.

Em termos de comunicação, desde o entendimento de Passarelli et al. (2014, p. 103), por exemplo, de que “comunicar é um exercício de cooperação, negociação, que se pressupõe o respeito pelo interlocutor”; afirmamos que esta possui em sua gênese uma relação complexa, ao ter vários elementos entrelaçados em conjunto. Ou seja, para que o processo de comunicação aconteça é necessário que todos os elementos – emissor, receptor, mensagem, código, canal e referente - estejam entrelaçados em conjunto.

Em nível de infocomunicação, como enfatiza Lopes (2022), esta resulta da união de dois campos de pesquisa de maneira inter e transdisciplinar, com um objetivo comum: “compreender, de forma mais complexa, os fenômenos que abrangem as novas formas de comunicação da sociedade atual” (id. ib., p. 6).

Assim como há complexidade no seio da informação e da comunicação, também existe dialogicidade quando as duas se encontram na infocomunicação. A dialógica moriniana ocorre e se corporifica no anel ou circuito tetralógico, constituído de ordem, desordem, encontros (interações) e organização. Como já explicitado, esse anel tetralógico explica, na dialógica, as relações recursivas, complementares e antagônicas.

Em outras palavras, na infocomunicação há a presença do princípio dialógico e, ao mesmo tempo, relações recursivas e hologramáticas entre informação e comunicação. As relações dialógicas se manifestam no fato de que, entre informação e comunicação, desde seus elementos constituintes, há sempre interações entre ordem, desordem e organização.

As relações recursivas se fazem presentes, por exemplo, quando se constata que as pessoas se comunicam e vivem em comunidade. Em outras palavras, o princípio recursivo, rompendo com a causalidade linear, constata que nós mesmos, em nível de reprodução, somos produtos e produtores desta comunidade, que é gerada e se mantém pela infocomunicação.

No princípio hologramático, a ideia de holograma ultrapassa tanto o reducionismo (que só vê as partes) quanto o holismo (que só vê o todo). Ou seja, o todo está na parte, que está no todo (Morin, 2005). Assim, na infocomunicação (o todo) temos presentes todos os elementos constituintes da informação e da comunicação (as partes). Contudo, é importante reconhecer que a infocomunicação

não consegue abarcar todas as particularidades da informação e da comunicação, e que esses elementos, por sua vez, não se subsumem na infocomunicação.

De modo geral, constatamos que a infocomunicação presentifica a teoria da complexidade porque, sendo constituída pela informação e pela comunicação, abarca, constitui-se e apresenta-se como interdisciplinar. Consequentemente, também se revela como dialógica, na medida em que contém interações e encontros de ordem, desordem e organização.

## Referências Bibliográficas

---

- Araújo, E. P. O., Paula, C. P. A., & Silva Neto, R. da S. (2022). *Infocomunicação e protoinformação: Ensaios conceituais e definições (Resumo expandido)*. In XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), Porto Alegre, 7–11 nov. 2022.
- Costa, C. R. Z. da, & Hoff, T. M. E. P. (2020). A percepção dos núcleos de comunicação de universidades públicas quanto à divulgação científica. *Revista Internacional de Educação Superior*, 6, 102–120.
- Ferrater Mora, J. (2000). *Dicionário de filosofia*. S. Paulo: Loyola.
- Gouveia, L. B., & Silva, A. M. da. (2020). A infocomunicação ou a convergência das ciências da informação e da comunicação para um objeto comum. *Páginas a&b, Série 3*(Número especial), 15–33.
- Gouveia, L. B., & Silva, A. M. da. (2023). *Método e infocomunicação: Introdução à dinâmica quadripolar da pesquisa*. Conhecimento.
- InFocom. (2020). *Glossário de conceitos infocomunicacionais*. Porto Alegre: InFocom.
- Kunsch, M. M. K. (2002). *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada* (5.ª ed.). São Paulo: Summus.
- Kunsch, M. M. K. (2006). Comunicação organizacional: Conceitos e dimensões dos estudos e das práticas. In M. Marchiori (Ed.), *Faces da cultura e da comunicação organizacional*. São Caetano do Sul: Difusão.
- Lopes, F. (2022). Pós-verdade: Uma crítica a partir da perspectiva da infocomunicação. *Austral Comunicación*, 11(2).
- Maricato, J. de M., & Reis, F. (2017). Relações interdisciplinares entre a Ciência da Informação e a Ciência da Comunicação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 22(1), 112–132.
- Menezes, N. C. R., & Lago, C. (2015). Diálogo entre pensamento complexo e hermenêutica filosófica. *Revista Contrapontos*, 15(3), 469–488.
- Morin, E. (2002). *O método 1: A natureza da natureza*. Porto Alegre: Sulina.

- Morin, E. (2003). A comunicação pelo meio (Teoria complexa da comunicação). *Revista FAMECOS*, 20, 6–12.
- Morin, E. (2005). *Introdução ao pensamento complexo* (5.ª ed.). Porto Alegre: Sulina.
- Morin, E., Ciurana, E.-R., & Motta, R. D. (2003). *Educar na era planetária: O pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana*. Cortez/Unesco.
- Morin, E., & Le Moigne, J.-L. (2000). *A inteligência da complexidade*. S. Paulo: Peirópolis.
- Oliveira, G. P., Araújo, C. P., Lemos, L., & Nogueira, M. (2023). Comunicação pública nas universidades. In *Anais da Compólítica 2023* (pp. 1–21). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.
- Passarelli, B., Silva, A. M. da, & Ramos, F. (Orgs.). (2014). *e-Infocomunicação: Estratégias e aplicações*. Senac/Escola do Futuro-USP.
- Passarelli, B., Ribeiro, F., Oliveira, L., & Mealha, O. (2014). Identidade conceitual e cruzamentos disciplinares. In B. Passarelli, A. M. da Silva, & F. Ramos (Orgs.), *e-Infocomunicação: Estratégias e aplicações* (pp. 79–121). Senac/Escola do Futuro-USP.
- Santos, A. A., Rozendo, J. F., Hansel, T. F., Soares, L. G., Placido, R. L., Placido, I. T. M., Monteiro, R. R., Coelho, H. V., Silva, J. A. da, Nascimento, I. J. B. M. F., Jorke, G. A. O., & Almeida, D. A. de. (2023). A transição da dialética para a dialógica na trajetória de vida e pensamento de Edgar Morin. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, 15(5), 4501–4519.
- Santos, A., Santos, A. C. S. dos, & Chiquieri, A. M. C. (2009). A dialógica de Edgar Morin e o terceiro incluído de Basarab Nicolescu: uma nova maneira de olhar e interagir com o mundo. In *Anais do III EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino* (pp. 1–26).
- Severino, A. J. (2014). *Metodologia do trabalho científico* (23.ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Universidade de Brasília. (2025). Secretaria de Comunicação. <https://noticias.unb.br/secom>
- Universidade de São Paulo. (2025). Superintendência de Comunicação Social. <https://www5.usp.br/tag/superintendencia-de-comunicacao-social/>
- Universidade Estadual de Goiás. (2025). Comunicação setorial. <https://www.ueg.br/referencia/12673>
- Universidade Federal de Minas Gerais. (2025a). Centro de Comunicação. <https://ufmg.br/comunicacao/sobre-o-cedecom>
- Universidade Federal de Minas Gerais. (2025b). Departamento de Comunicação Social – DCS. <https://www.fafich.ufmg.br/dcs/#>
- Universidade Federal de Pernambuco. (2025). Assessoria de Comunicação. <https://www.ufpe.br/ascom/equipe>
- Universidade Federal de Santa Catarina. (2025a). Secretaria de Comunicação (Secom). <https://secom.ufsc.br/contatos/>
- Universidade Federal de Santa Catarina. (2025b). Sobre a Secom. <https://secom.ufsc.br/sobre/>

- Universidade Federal do Pará. (2025a). Assessoria de Comunicação Institucional (ASCOM). <https://www.ascom.ufpa.br/index.php/atendimento/57-ascom/77-equipe>
- Universidade Federal do Pará. (2025b). Superintendência de Comunicação – Supercom. <https://www.ufpa.br/>
- Universidade Federal do Paraná. (2025). Superintendência de Comunicação – Sucom. <https://ufpr.br/comunicacao/>
- Universidade Federal do Rio de Janeiro. (2025). Superintendência-Geral de Comunicação Social (SGCOM). <https://ufrj.br/comunicacao/sgcom/>
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (2025a). Portaria nº 2766, de 17 de abril de 2025: Calendário de Comunicação Institucional da UFRGS. <https://www.ufrgs.br/secom/Documentos/calendário%20de%20comunicação%20institucional%20da%20ufrgs.pdf>
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (2025b). Secretaria de Comunicação Social – Secom. <https://www.ufrgs.br/proplan/wp-content/uploads/2018/03/Anexo-II-SECOM-2017.pdf>
- Universidade Federal de Viçosa. (2025). Diretoria de Comunicação Institucional (DCI). <https://www.dci.ufv.br/>
- Ventura, M. F. D. D. (2021). *O processo de comunicação organizacional da Superintendência de Comunicação Social da UFPB* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba).

# O Governo digital na Argentina: uma análise das restrições ao acesso à informação pública, neoliberalismo e os direitos dos usuários

*Digital government in Argentina: an analysis of restrictions on access to public information, neoliberalism, and user rights*

**Dario de Azevedo Nogueira Júnior**

Universidade Federal do Espírito Santo. Brasil  
[dazevedojr@yahoo.com.br](mailto:dazevedojr@yahoo.com.br)

## Resumo

O artigo examina a efetividade do direito fundamental de acesso à informação no contexto do governo digital argentino, tendo como marco normativo a Lei nº 27.275/2016 e a adoção do modelo neoliberal da Nova Gestão Pública (NGP). Sinalizando que, no contexto atual, a oferta de mais serviços públicos digitais não assegura necessariamente uma proporção equivalente de benefícios ao usuário em relação a interatividade e transparência na gestão pública.

Parte-se da hipótese de que a simples existência de marcos legais e de plataformas digitais não assegura, por si só, maior transparência, interatividade e o controle social. A pesquisa, de caráter analítico, demonstra que, embora a Argentina ocupe posições de destaque em rankings internacionais de governo eletrônico, persistem déficits democráticos estruturais, como a centralização das decisões, a baixa responsividade institucional e a fragilidade dos mecanismos de participação cidadã pelo acesso à informação.

**Palavras-chave:** Argentina; Governo Eletrônico; Interatividade Digital; Transparência; Acesso à Informação.  
**Keywords:** Argentina; Brazil; Electronic Government; Digital Interactivity; Transparency; Access to information.

## Abstract

*This article examines the effectiveness of the fundamental right of access to information in the context of Argentine digital government, using Law No. 27,275/2016 and the adoption of the neoliberal model of New Public Management (NPM) as normative frameworks. It indicates that, in the current context, the provision of more digital public services does not necessarily guarantee an equivalent proportion of benefits to the user in terms of interactivity and transparency in public management.*

*This study hypothesizes that the mere existence of legal frameworks and digital platforms does not, in itself, guarantee greater transparency, interactivity, and social control. The analytical research demonstrates that, although Argentina occupies prominent positions in international e-government rankings, structural democratic deficits persist, such as the centralization of decisions, low institutional responsiveness, and weak mechanisms for citizen participation through access to information*

## Introdução

Na Argentina, as plataformas digitais estão cada vez mais presentes no domínio dos serviços públicos. Esse movimento insere-se no contexto da reforma do modelo de gestão pública e do surgimento da chamada Nova Gestão Pública (NGP), caracterizada pela busca da diminuição do Estado em tamanho físico e aproximação entre o setor público e os padrões de desempenho do setor privado. Para Nascimento (2015), a concepção das transformações da gestão pública, no início do século XXI, pode ser definida como um conjunto de novos conceitos aplicados à administração pública, compreendendo vários componentes inter-relacionados, valendo-se do uso da tecnologia como um fator necessário ao alcance de resultados de alto desempenho. Esse panorama vem fomentando o modelo da informação em que as Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) têm se tornado cada vez mais essenciais para o funcionamento da administração pública nas sociedades modernas. Assim, ao longo das últimas décadas, adoção contínua destas tecnologias na prestação de serviços governamentais consolidou-se também como uma tendência mundial para a gestão pública e de informação.

Com o advento da Lei 27.275/2016 que passou a garantir o acesso à informação pública ao cidadão argentino, a regulamentação do direito de acesso a dados públicos, que antes era limitado e dificultava o controle social, passou a ser interpretado a partir de fatores históricos e sociais que impulsionaram sua criação. Ao regulamentar, desta maneira, o acesso aos dados sob a guarda do Estado, a LAI instituiu o princípio da publicidade como regra e o sigilo como exceção, ao menos em tese, criando possibilidades de agendamento do tema sobre a transparência ativa e a responsabilização da administração pública perante o cidadão. Contudo, paradoxalmente é fulcral assinalar que essa migração da Administração para a área digital, traz consigo velhos problemas da República Argentina, como os obstáculos de interatividade do cidadão com o poder público, bem como do acesso à informação com limitações implícitas.

Portanto, a pesquisa evidencia que, embora haja modernização da estrutura pública, a governança digital, evidentemente promissora, revela que sem a correspondente transformação ética, institucional e cultural, tende apenas a reproduzir antigos déficits democráticos sob novas roupagens digitais. Assim, ao examinar a interface entre acesso à informação, governo digital e democracia, o estudo busca contribuir para o debate contemporâneo sobre a construção de uma Administração Pública digital orientada por valores republicanos, em que a tecnologia se constitua não apenas como instrumento de eficiência, mas como meio de efetivação de direitos fundamentais e de consolidação do Estado Democrático de Direito.

Sendo assim, este estudo propõe ao debate e análise dos seguintes aspectos em tela: as políticas digitais adotadas apenas com a expansão na oferta de serviços públicos, na Argentina, proporcionam aos usuários um ambiente satisfatório para que haja uma real interação participativa e transparente das informações? A lei de acesso à informação na Argentina proporciona de fato acesso pleno as informações públicas?

### 1. Metodologia

Análise bibliográfica, Lei 27.275/2016, dados do Banco Mundial, Classificação global RTI e outras fontes. Este estudo buscará trazer elementos para discutir o foco das políticas da gestão da informação

e da comunicação no que concerne a prática do direito ao acesso a informação pública eletrônica na Argentina.

## **2. A economia política de comunicação, a Nova Gestão Pública e o digital como forma de pensar o Estado.**

Maritunuzzo observa que a implantação do e-gov nos países do Cone Sul fez parte da estratégia de reengenharia estatal patrocinada pelo capitalismo neoliberal, em meados da última década do século passado.

“As bases do Consenso de Washington, assim como as estratégias de reforma neoliberal implementadas na América Latina, podem ser reconhecidas entre os objetivos e características dos programas de e-gov executados na região” (2008, P.3).

Moura (2013) indica que estamos numa nova fase de modernização capitalista baseada no processo tecnológico aliado ao liberalismo econômico e que vem gerando mudanças relevantes na reorganização e na forma da gestão pública em vários países.

Nesta direção, a Argentina tem no plano ideológico a ascensão da filosofia neoliberal, no desenvolvimento e implementação do projeto de governo eletrônico remontando a importância do Consenso de Washington ocorrido em 1989, sendo que o governo norte-americano recomendava adoção desta política. O projeto de governo eletrônico obteve concretude no pensamento desenvolvido no fórum global intitulado: a Reinvenção do Governo, realizado nos Estados Unidos da América (EUA) no final dos anos 1990. As discussões deste encontro corroboravam com a ideia da necessidade da reforma gerencial do Estado pautada no discurso de modernização da gestão pública pelo acelerado desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), e sobretudo, pela capacidade de ampliar o Estado mínimo com a substituição do trabalho humano pelas plataformas digitais pautada na temática da Nova Gestão Pública (NGP).

No caso da Argentina, Kaufman reforça esta tese no momento em que a Administración Pública Nacional (ADN) adota as ideias da Nueva Gestión Pública (NGP) apontando que se “instalou uma concepção de governo eletrônico consolidada exclusivamente em um conceito tecnológico norte americano baseada e sustentada por uma política nominada de Reinvención del Gobierno” (Kaufman,2004, p. 154) o que daria maiores oportunidades de privatizações, com redução de gastos com pessoal e órgãos governamentais sem mensurar os efeitos sociais entre outros aspectos.

Com esta justificativa à época, e que ainda continua válida para os discursos atuais, estabeleceu-se como a premissa de redução do Estado como algo necessário para eficiência do governo.

Esta tese continua presente como a base das políticas de governo eletrônico no país e a formação de uma política de Estado digital na Argentina não transcorreu de um pensamento inovador. Pois tendo como precursora as discussões teóricas difundidas na década de 1990, sobretudo no Ocidente.

Neste rumo, vários autores (Thompson e Ricucci,1988) ressaltaram este momento como um movimento de reinvenção dos governos, ou seja, a Nova Gestão Pública (NGP). Formando a premissa

da ideologia introdutória dos contornos de ação do que passa a ser conhecido como governo eletrônico.

Dando sequência, torna-se fundamental mencionar a corrente doutrinária New Public Management (NPM) ou Nova Gestão Pública (NGP) como o pensamento das iniciativas de reformas liberais. Sendo que, nos dias atuais, observa-se uma apropriação deste pensamento estabelecendo o alicerce das políticas de governo eletrônico resultando obrigatoriamente a adesão ao discurso do Estado mínimo para o desenvolvimento destas iniciativas. Este movimento emergiu inicialmente em países anglo-saxônicos, a partir do início dos anos 1980, como: Estados Unidos, Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia. “Suas origens são as mesmas do pensamento ultraliberal. Como é evidente que é a teoria de Estado que define a teoria da Administração Pública, resta óbvio que a NGP é a teoria de Administração Pública do Estado ultraliberal”. (Dasso Júnior, 2014, p.11). Ainda de acordo com o autor, este pensamento tem ação importante como projeto de gestão pública:

“A Nova Gestão Pública consiste numa novidade, não somente por sua origem, mas principalmente por sua configuração como novo referencial teórico e pela impressionante influência que causou e vem causando nas Administrações Públicas em diversos países, especialmente na América Latina.” (2014, p.13).

Entre as diretrizes de eixo, deste processo teórico, está a tônica recorrente da necessidade da reforma gerencial do Estado pautada no discurso de modernização da gestão pública pelo acelerado desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TICs), e sobretudo, pela capacidade de ampliar o Estado mínimo com a substituição do trabalho humano pelas plataformas digitais. Okot-Uma (2001), indica que redução de custos e o ganho de eficiência são vistos como objetivo principal dessa perspectiva. Ainda segundo Levy existe um paralelo na lógica do mercado em que “o governo deve estar centrado no cidadão, assim como *e-business* está centrado no cliente” (2010, p.139). O autor, observa que a atividade econômica capitalista necessita da regulação governamental para diligenciar a paz civil, respeito aos contratos, estabilidade econômica entre outros fatores. Por sua vez o Estado tem o papel de ser o garantidor dessa “governança da prosperidade” e simetricamente o Estado retira deste mercado seus recursos de existência através da cobrança fiscal e dos contribuintes pelos impostos. Tornando os ferramentais digitais, sobretudo no momento atual, peça fundamental para eficácia deste processo administrativo econômico no qual o Estado torna-se dependente destas tecnologias.

Para que tenhamos, ainda, uma melhor compreensão do uso e da necessidade das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na administração pública é necessário mencionar a influência do comércio eletrônico ou e-commerce. Para tanto, Piana (2007) indica que a utilização destas ferramentas passou por três etapas para atingir o estágio atual. A primeira delas estaria ligada ao início do comércio eletrônico, durante os anos 1990, restringindo-se apenas a transações econômicas entre particulares, particulares e empresas e empresas entre si possibilitando mais interatividade comercial despontando assim, o que começaria a ser o embrião de uma comunicação mais hábil que viria entusiasmar a administração pública quanto a um modelo de eficiência para gestão. Em uma segunda etapa surge a relação público-privada, na qual a comunicação poderia ser horizontal, ou vertical, caracterizada pela interação entre a administração e empresas ou particulares dando uma nova possibilidade de disseminação de conteúdo de informação. E por último a e-democracia, as tecnologias

em face à transparência e maior acesso a dados de gestão, levando a administração pública a ser mais descentralizada e interativa entre outras características desta comunicação web.

Martins et al. (2008) destaca, no entanto, o reflexo unilateral do governo ao oferecer serviços de uma maneira sem comunicabilidade real com os usuários.

“O governo é que é o ator protagonista, o que reduz o papel da sociedade civil a mero consumidor ou usuário dos serviços oferecidos, sem qualquer postura pró-ativa, um ser passivo. Portanto, (...) essa visão de governo eletrônico na versão restrita não se configuraria, como governo eletrônico de fato, mas sim como a informatização de parte dos processos operacionais do Estado, podendo ser intitulado no máximo como serviços públicos automatizados (e-serviços)”. (2008, p. 07)

Nesta direção, o governo em tela, se estrutura para permitir aos usuários algum acesso à informação a partir do conceito teórico da economia do compartilhamento de informações que são as trocas ponto a ponto.

Os governos ao disponibilizarem informações, documentos e serviços em sítios eletrônicos suscitam o conceito de mercado da economia do compartilhamento em meio digital. A base da economia do compartilhamento tem o fundamento principal em interações e trocas comunicacionais ponto a ponto, do inglês peer-to-peer, ou indicado por p2p que a as redes digitais propiciam. Folgueira descreve que este movimento econômico vem passando por transformações ao longo dos anos.

“Até o início dos anos 1990, as inovações nas tecnologias digitais eram voltadas quase inteiramente para necessidades corporativas e governamentais, com pouca ou nenhuma atenção aos consumidores pessoais. Com a popularização da internet nos anos 1990, o desenvolvimento de novas tecnologias digitais mudou o foco para as necessidades dos consumidores e não das empresas ou dos governos. A massificação das novas tecnologias digitais colocou produtos cada vez mais sofisticados nas mãos de milhões de consumidores e criou a possibilidade dos negócios p2p intermediados digitalmente” (Folgueira et al. 2019, p. 92)

Governos também vem se adaptando a essa lógica quando permite a possibilidade em “compartilhar” informações e serviços contribuindo para o crescimento da oferta em plataforma, propiciando uma gestão mais web seguindo a tendência do fluxo econômico no movimento contínuo da sociedade de consumo digital. No entanto, deve-se observar que o governo enquanto o detentor das informações e controlador das mesmas cria em muitos momentos uma relação assimétrica com usuário dos serviços. Pois o cidadão sempre, ou quase sempre, terá que pedir o acesso à informação ao Estado.

Esta adaptação do Estado pode ser compreendida a luz dos estudos da economia política da comunicação quando Bolaño e Braz indicam:

“O atual período de desenvolvimento do capitalismo é caracterizado pela mudança do papel do Estado, que progressivamente se afasta da atividade econômica direta e altera qualitativamente a regulamentação, redirecionada ao fortalecimento dos mercados”. (2010, p. 87).

Valendo observar que estudos apontam que a intervenção do governo tem papel importante ao reforçar os investimentos em tecnologias digitais na manutenção e ampliação dos negócios de mercado.

“O retorno do investimento privado pode ser aumentado, caso existam melhores sistemas de comunicação, facilidades de transporte e oferta de energia, significando que o mecanismo de transmissão ocorre pelo lado da oferta agregada. Esse fenômeno é denominado na literatura de efeito *crowding-in*, quando o capital público e o capital privado atuam como bens complementares, tendo os gastos governamentais o papel de estimular os investimentos privados, em vez de deslocá-los ou inibi-los, apoiando o funcionamento dos mercados”. (Antunes. 2015, p.19)

A economia do compartilhamento, também permite ao Estado diminuir os custos da oferta de serviços e informações. E não necessariamente proporcionar maior interatividade e transparência com a população. Oferecendo a possibilidade de uma maior participação dos serviços terceirizados de mercado, uma vez que o governo desconectado e não virtual eleva os custos operacionais. O nexos passa ser o de primar pela economia do digital.

“O Estado pode atuar como um agente econômico relevante, desempenhando um papel importante tanto na sua intervenção direta na economia, através de investimentos públicos e empresas estatais, quanto intervindo indiretamente, através de políticas fiscais, monetárias e industriais, ajudando a melhorar a alocação dos recursos realizada pelo mercado, não ficando somente como responsável em garantir segurança material para todos os indivíduos ou preocupado somente com metas sociais”. (Antunes. 2015, p.19)

Neste momento da reflexão, o que se sugere é que um dos principais aspectos para o aumento de serviços público de informação na internet na Argentina é exatamente o reflexo da política do Estado mínimo, não significando que o crescimento da oferta de serviços nas plataformas digitais tenha proporcionado uma maior interação entre cidadãos e a iniciativa pública. Ou seja, a maior oferta de serviços digitais não corrobora necessariamente no sentido de que o país tenha alcançado uma melhora no estágio de *e-participation* no tocante a cidadania eletrônica e nem tão pouco garantido plenamente acesso a informação pública. Mas, da necessidade de transferência dos serviços para as plataformas digitais. O governo eletrônico tornou-se absolutamente necessário para o funcionamento e aperfeiçoamento da Administração Pública argentina. Isto se explica pelo fato que a web propicia o acesso a ferramentas flexíveis e remove a maioria das barreiras para tentar coisas novas. Você não precisa de supercomputadores para direcionar o excedente cognitivo; simples telefones (smartphone) são suficientes. E a prevaência na ampliação no uso destas tecnologias propicia, entre tantas adjacências inovadoras, a redução dos gastos públicos.

O estudo realizado pelo Banco Mundial (2022) denominado por GovTech Maturity Index, aponta a Argentina no grupo dos principais países na quantidade de serviços públicos digitais oferecidos em portais públicos. Nesta análise de dados, a ênfase está na área do “Public Service Delivery Index,” ou seja, a Argentina disponibiliza um número considerável de serviços oferecidos aos utilizadores em plataformas digitais em relação a outros países podendo citar como exemplo o aplicativo Mi Argentina, entre outros tantos. A avaliação é resultado de índices de serviços públicos digitais em mais de 190 economias globais com base em parâmetros criados pelo próprio Banco Mundial.

A Argentina com uma população estimada em 47 milhões de habitantes em 2024, obteve no mesmo ano, um destaque ainda maior no número de usuários inscritos em plataforma digital publica por conta do Mi Argentina com mais de 80% da população a partir de 18 anos.

Cabe uma ressalva quanto ao elevado número de usuários da plataforma digital Mi Argentina haja vista que, entre outros aspectos, o acesso aos serviços públicos está migrando cada vez mais do meio físico para o digital e a exigência do Estado, para que os usuários criem um login, tem sido, em muitos casos, a única forma que a população tem para acessar os serviços públicos. Dessa forma, o cidadão é quase obrigado a manter um relacionamento com o governo através destas plataformas. Contudo, isso não significa maior interatividade nem proporciona necessariamente maior transparência das informações.

Devendo-se colocar em relevo que a simples oferta de mais serviços públicos digitais não garante necessariamente uma proporção equivalente de benefícios ao usuário em relação a interatividade e transparência com a gestão pública é o que conclui paradoxalmente, os dados do Banco Mundial, vejamos:

“Em todos os 190 países pesquisados, o Índice de Engajamento do Cidadão Digital obteve a pontuação mais baixa (DCEI, 0,449) entre os itens pesquisados. Isto significa que as economias se concentraram mais nas ofertas dos principais sistemas governamentais e plataformas para a prestação de serviços públicos do que na participação e feedback dos cidadãos digitais a nível mundial” (Word Bank, 2022).

Neste sentido, mesmo a Argentina oferecendo diversos dados governamentais publicamente. É preciso sinalizar que nem sempre o gestor proporciona todas as possibilidades de informação e de comunicação ao usuário. Castells (2003), ao falar da internet como possibilidade para a democracia digital indica que:

“A interatividade torna possível aos cidadãos solicitar informações, expressar opiniões e pedir respostas pessoais a seus representantes. Em vez de o governo estar vigiando as pessoas as pessoas poderiam estar vigiando seu governo. [...] No entanto, governos em todos os níveis usam a internet, sobretudo como um quadro de avisos eletrônico para divulgar sua informação sem se empenhar muito em interação real”. (2003, p. 17).

Franco (2014), adverte que o governo eletrônico, não deve ser visto apenas pela oferta de serviços pela internet, mas também, pela vasta gama de possibilidades de interação e participação entre governo e sociedade e pelo compromisso de transparência por parte do governo. Para que isso ocorra o Estado deve ser mais responsivo, aberto à participação da sociedade e transparente.

Portanto, a inserção destas tecnologias tem por objetivo atender, em um primeiro momento, uma lógica. A de que o Estado teria crescido muito além de seu tamanho desejável. Desta maneira a implementação das ações de governo eletrônico passa a ser uma necessidade no território estudado aqui em tela, uma vez que:

“ao fortalecer uma base retórica que exaltava a importância da eficiência na administração pública (ainda que de forma excessiva), o projeto da reforma gerencial acabou, indiretamente, por viabilizar uma rápida penetração das ferramentas de governo eletrônico no âmbito dessa administração. Ou seja, a reforma foi elemento fundamental para o funcionamento (em termos sociotécnicos) do governo eletrônico” (DIAS, 2012, p.38).

### 3. Argentina e a Lei de Acesso à Informação com restrições

A Argentina é reconhecida como um dos últimos países a instituir uma Lei de Acesso à Informação (Lei 27. 275/2016) no continente americano. Contudo, no início dos anos 2000 começou a utilizar-se das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) de maneira muito discreta para dar publicidade aos atos administrativos através do Decreto 1172/2003, limitando-se a estabelecer que as edições do Boletín Oficial de la República Argentina, estivesse disponível gratuitamente na Internet, em conformidade o que previa a Lei 1172/2003 a saber:

“Arte. 6º — Fica estabelecido o acesso livre e aberto, pela Internet, à edição diária de todas as seções do Diário Oficial da República Argentina, durante o dia útil administrativo de sua publicação gráfica.

Arte. 7º — Os anexos dos atos administrativos expedidos pelo PODER EXECUTIVO NACIONAL não publicados na edição gráfica do Diário Oficial da República Argentina poderão ser consultados livre e gratuitamente através do site: [www.boletinoficial.gov.ar](http://www.boletinoficial.gov.ar).

Arte. 8º — A reprodução do Diário Oficial da República Argentina na Internet deverá ser exatamente fiel em texto e tempo àquela atualmente publicada em formato papel, em todas as suas seções”.

Outro aspecto que demonstra a incongruência do decreto é que entre as possibilidades de acesso à informação e transparência, limitava-se a exigência administrativa de cumprimento única e exclusivamente ao poder Executivo Federal argentino deixando os outros poderes fora de qualquer obrigatoriedade de publicizar as suas informações na rede Web. E no que tange ao capítulo do Reglamento general para la publicidad de la gestión de intereses en el ámbito del poder ejecutivo nacional, no anexo I ao Decreto 1172/2003, estipula que têm carácter público e devendo ser publicadas por meio das páginas da Internet das respectivas entidades envolvidas. Apesar disso, paradoxalmente no artigo 13 preconizava que é necessário que a autoridade responsável concorde com o requerimento de consulta pública para que a ação realmente aconteça, o que demonstra assimetria entre as possibilidades limitadas do e-cidadão em relação ao poder de decisão e informação do agente público naquele momento.

Neste sentido, como consequência, muitos organismos da sociedade civil na Argentina, indicavam que o País não seguia os padrões internacionais de disponibilidade de informação no setor público, gerando uma redução nos níveis de participação dos cidadãos e aumentando a desconfiança nas instituições públicas a partir da publicação do decreto 1172/2003. Assim, ainda em 2014, o Centro de Implementación de Políticas Públicas para la Equidad y el Crecimiento (CIPPEC) afirmava que “A Argentina ainda não possui uma lei nacional que implemente o direito de acesso à informação pública”. E que se fazia necessário “a necessidade de uma lei nacional que regule o acesso à informação a nível nacional.”

De acordo com Almeida (2021), a Corte Suprema de Justiça da Nação Argentina em Sentença de 26 de março de 2014 em Buenos Aires, afirmou que a “obrigação de garantir o acesso à informação por mandamento constitucional está a cargo do Estado” e que a Constituição “estabelece o direito de acesso à informação pública como uma condição necessária para organizar uma república democrática”, sendo incontestável que, a fim de que o direito à informação seja efetivamente garantido, “o Estado deve ditar urgentemente uma lei que, salvaguardando as normas internacionais

sobre a matéria e o princípio da razoabilidade, regule de maneira exaustiva o modo como as autoridades públicas devem satisfazer esse direito” (2021, P. 5). Valendo ainda ressaltar que a Constituição Argentina, (CABA) de 1994, reconheceu a informação como bem jurídico no artigo 42, assegurando o direito “[...] a informações adequadas e verdadeiras; à liberdade de escolha e a condições de tratamento equitativo e digno.” Nesse sentido, pode-se dizer que o acesso à informação pública é um direito fundamental garantido pela constituição. Antes mesmo da Lei 27.275/2016, específica sobre o acesso à informação.

Neste rumo, em 2016 a Lei de Acesso à Informação na Argentina foi aprovada expandindo a obrigatoriedade de informar seus atos aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário visando garantir o direito dos cidadãos a obter informações públicas no País através da promulgação da Lei 27.275/2016.

Valendo observar que após a Lei de Acesso à Informação vários serviços públicos foram criados em plataformas digitais. Em 2016, a Argentina lançou o aplicativo Mi Argentina, que serve como um ponto de entrada único para os cidadãos terem acesso a serviços do governo por meio de um dispositivo móvel. Com base na atualização de janeiro de 2023, Mi Argentina já contava com mais de 30 milhões de usuários registrados. Atualmente, o portal de serviços on-line Trámites a Distancia (TAD) fornece acesso a mais de 2.000 diferentes serviços on-line conforme publicado em sua página eletrônica em 2025. Além disso, o Gerenciamento Eletrônico de Documentos ou Gestión Documental Electrónica (GDE), conta com mais de 9.000 usuários institucionais, permitindo o processamento da maioria dos procedimentos administrativos com opção de acesso remoto. No estudo realizado pelo Banco Mundial, GovTech Maturity Index 2022 reforça essa política adotada. “Na Argentina, houve um progresso significativo na digitalização dos serviços governamentais. Isto permitiu aos cidadãos e empresas acessar serviços públicos essenciais on-line durante a pandemia de COVID-19 e ajudou o governo a promover medidas de distanciamento social” (Banco Mundial, 2022).

No entanto, os dados do Banco Mundial, quanto as estatísticas de engajamento, indicam que as plataformas nacionais não propoçionam à participação dos cidadãos de uma maneira interativa com o Estado. “Menos da metade dos serviços eletrônicos da região oferecem aos cidadãos a oportunidade de feedback sobre questões políticas e serviços públicos” (Banco Mundial, 2022). Mesmo que a Lei nº 27.275/2016 em seu artigo 4º reconheça a legitimidade ativa de acesso à informação quando expressa: “Toda pessoa humana ou jurídica, pública ou privada, tem direito a solicitar e receber informação pública, não podendo exigir-se ao solicitante o motivo da solicitação, que sendo direito subjetivo o interesse é legítimo”, isto não significa que o governo propicie a participação interativa do usuário na gestão pública. E sobretudo, no momento atual, a administração central se apropria do modelo de comunicação centralizadora, oferecendo poucos canais de possibilidades de interatividade real de gestão participativa ao cidadão. Mesmo com muitos serviços disponibilizados em plataformas digitais, a população não tem canais de comunicação verdadeiramente interativos que seja possível um diálogo real e não uma simples difusão de informações em que o Estado é o único a determinar a forma da ação comunicativa ou difusão.

A característica de não proporcionar uma efetiva interatividade com o cidadão é constatada por Lamberty et al ao avaliar o site da Presidência da República Argentina.

“O portal presidencial parece focar nos pontos positivos do país, mostrando, por exemplo, arquivos com os últimos discursos, eventos de destaque e estrutura do palácio do governo. Assim, destaca-se que o referido site não apresenta link de acesso à informação, já que no item “Información” não há os dados de transparência necessários. Não há acesso à seção específica sobre a LAI, nem informações claras quanto à prestação de serviços ao cidadão e nem participação social, auditorias, convênios, despesas, receitas, licitações ou contratos. Também não lista os empregados terceirizados, servidores, perguntas frequentes, SIC ou demais informações classificadas” (2020, P. 177).

Neste sentido, evidencia-se um padrão adotado a restrição de interatividade com o cidadão mesmo com a promulgação da norma. Lamberty et al traz ainda em destaque “[...] a página da Presidência Argentina não atende ao objetivo do direito ao acesso à informação de maneira satisfatória” (2020, P. 177).

Atualmente a Argentina tem enfrentado mais problemas em relação ao acesso as informações públicas e as possibilidades de interatividade com o governo do presidente Javier Milei. A Lei 27.275/2016, embora apresente um avanço na transparência, tem sido ignorada devido às limitações infligidas pelo Decreto 780/2024, que entre outros aspectos, introduziu algumas especificações, como determinar que tipo de informação pode ser requerida, considerando-se que é "necessário adotar medidas para evitar a divulgação de qualquer informação que, por sua especificidade, possa ser utilizada para identificar rotinas, deslocamentos e localizações de uma pessoa, assim como a relacionada a denúncias ou investigações em curso". Não obstante, O decreto também estende o período de sigilo de informações classificadas como confidenciais para 10 anos. Estas medidas são vistas como um retrocesso na transparência e na democracia, com consequências negativas para a fiscalização e participação social. O que ataca frontalmente a lei Argentina de Acesso à Informação, uma vez que está descrito na própria lei o que se entende por informação pública no Artigo 2º. “Direito de acesso à informação pública. O direito de acesso à informação pública inclui a capacidade de livremente pesquisar, acessar, solicitar, receber, copiar, analisar, reprocessar, reutilizar e redistribuir informações mantidas pelos sujeitos obrigados listados no Artigo 7 desta lei, com as únicas limitações e exceções estabelecidas por este regulamento”.

A organização Open Knowledge Foundation, procurando dar um panorama do acesso à informação na América Latina em 2024, cita que o decreto 780/2024 representa um retrocesso ao direito de acesso e preocupa, tanto pelas consequências práticas quanto pela mensagem política transmitida. Ressaltando ainda que a desatualização do portal de dados abertos do país também demonstra uma falta de compromisso do atual governo com a transparência ativa.

Não obstante a estes aspectos elencados, a organização Repórtres Sem Fronteira (RFS) sinaliza que atualmente a política adota na Argentina contradiz a plena possibilidade de informação quando busca cercear a liberdade de imprensa.

“O presidente de extrema-direita Javier Milei, eleito em 2023, incentiva agressões contra jornalistas e ataques destinados a desacreditar os meios de comunicação e os profissionais críticos ao seu governo. Seus apoiadores amplificam esse comportamento. Os órgãos de defesa do público, de promoção da diversidade e de controle do mercado de telecomunicações são muito dependentes do poder político, e a maioria foi desmantelada pelo governo Milei, assim

como os programas governamentais com o propósito de garantir o acesso à informação” (2025, P.1).

Global Right to Information Rating (RTI) 2023, adverte que, a Lei de Acesso à Informação na Argentina em sua forma atual é vaga em muitas áreas vitais. A RTI também sinaliza que a Lei de Acesso à Informação na Argentina tem um regime de exceções indevidamente amplo, que pode ser anulado por leis de sigilo, e inclui fraquezas em termos de exceções excessivamente amplas e uma anulação de interesse público bastante fraca.

#### **4. Considerações finais**

A presente análise indica que o direito fundamental de acesso à informação, apesar de juridicamente assegurado pela Lei nº 27.275/2016, ainda carece de plena efetividade no contexto da administração pública digital argentina. O avanço normativo não tem sido suficiente para transformar de forma homogênea as práticas estatais de transparência e de comunicação pública, as quais permanecem, em muitos casos, ancoradas em modelos burocráticos e excludentes.

Verifica-se que a digitalização da gestão pública e a implementação das plataformas de governo não representam, por si só, a superação dos déficits democráticos e informacionais historicamente presentes no Estado argentino. O mero incremento tecnológico, sem a correspondente mudança estrutural e cultural, tende a reproduzir antigas assimetrias sob novas formas, perpetuando a centralização das decisões, a baixa responsividade e a falta de acesso às informações mesmo que pelos meios digitais. E que tem como aspecto econômico o planejamento do Estado mínimo em plataformas web.

O acesso a documentos administrativos não é acesso à informação e nem tão pouco interatividade cidadã. A legislação Argentina centra-se em outputs retrospectivos e ignoram o princípio da informação de largo espectro. Não há critérios definidos para o acesso a documentos sujeitos a decisão ainda não tomada e as instituições não têm a obrigação de disponibilizar informação acerca de estudos preliminares, atas ou minutas de encontros preparatórios ou outros tipos de dados. No entanto, a lei de Acesso à Informação é muito detalhada no que concerne as exceções, nomeadamente acerca de assuntos de segurança nacional, segredo de justiça, reserva da intimidade e vida privada e outras mais.

Lamberty et al, adverte:

“O desafio que se impõe para uma necessária transposição da cultura do sigilo, arraigada nas instituições públicas da América Latina – não é à toa que Argentina elenca um amplo catálogo de situações excluídas do âmbito do dever de transparência governamental, evidenciando a manutenção de um paradigma que precisa ser revisto a partir da iniciativa do cidadão, buscando a efetivação de um direito de acesso à informação, fundamental para o debate salutar e a participação informada em um Estado democrático de direito”. (2020, P.170).

## 5. Referências Bibliográficas

---

- Almeida, R. M. (2021). Legitimidade ativa na Lei nº 27.275/2016 da Argentina e na Lei nº 12.527/2011 do Brasil e o direito de acesso à informação pública na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. *Revista Âmbito Jurídico*, 2(1), 160–180. <https://ambitojuridico.com.br/legitimidade-ativa-na-lei-no-27-275-2016-da-argentina-e-na-lei-no-12-527-2011-do-brasil-e-o-direito-de-acesso-a-informacao-publica-na-jurisprudencia-da-corte-interamericana-de-direitos-humanos/>
- Antunes, F. da S. (2015). A importância do papel do Estado na atividade econômica. *A Economia em Revista – AERE*, 22(1), 15–30. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/view/56719>
- Argentina. (1994). *Constitución de la Nación Argentina*. <http://servicios.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/804/norma.htm>
- Argentina. (2003). Decreto 1172/2003. <https://bit.ly/2XSHTBP>
- Argentina. (2016). Ley n. 27.275, de 14 de septiembre de 2016. <https://bit.ly/2Kpup8v>
- Argentina. (2023). *Mi Argentina: Servicios disponibles*. <https://www.argentina.gob.ar/miargentina/servicios-disponibles>
- Argentina. (2024). Decreto 780/2024. Reglamentación de la Ley N° 27.275. <https://static.poder360.com.br/2024/09/BOLETIN-OFICIAL-REPUBLICA-ARGENTINA.pdf>
- Argentina. (2025). *Gestión Documental Electrónica (GDE)*. <https://cas.gde.gov.ar/acceso/login/?generateToken=true&generateIDP=true&>
- Argentina. (2025). *Trámites a Distancia (TAD)*. <https://tramitesadistancia.gob.ar/#/inicio>
- Banco Mundial. (2022). *GovTech Maturity Index 2022*. <https://www.worldbank.org/en/programs/govtech/2022-gtmi>
- Bolaño, C., & Braz, R. (2010). A regulação das comunicações no Brasil: Conservadora ou liberal? O caso da TV por assinatura. In V. C. Brittos (Org.), *TV digital, economia política e democracia* (pp. 87–103). Unisinos.
- Castells, M. (2003). *A galáxia da internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Zahar.
- Centro de Implementación de Políticas Públicas para la Equidad y el Crecimiento (CIPPEC). (2014). *Una nueva oportunidad para sancionar una ley nacional de acceso a la información pública*. <https://www.cippec.org/wp-content/uploads/2017/03/1346.pdf>
- Dasso Júnior, A. (2014). Nova gestão pública (NGP): A teoria de administração pública do Estado ultraliberal. Trabalho apresentado no XXIII Encontro Nacional do CONPEDI, Florianópolis, SC. <https://pt.scribd.com/doc/312748826/Nova-Gestao-Publica-Ngp-A-Teoria-de-Administracao-Publica-Do-Estado-Ultraliberal>
- Dias, R. (2012). Governo eletrônico: Ferramenta democrática ou instrumento do neoliberalismo? *Revista Tecnologia e Sociedade*. <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2593>

- Folgueira, R., Silva, A. L., & Carvalho, C. E. (2019). Economia do compartilhamento e custos de transação: Os casos Uber e Airbnb. *Pesquisa & Debate*, 31(1). <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/40293>
- Franco, L. (2014). Participação digital e governo eletrônico: Abertura para qual cidadania? *Revista Brasileira de Administração Científica*, 5(2), 214–225.
- Global Right to Information Rating. (2023). *Country data*. <https://www.rti-rating.org/country-data/>
- Kaufman, E. (2004). E-gobierno en Argentina: Crisis, burocracia y redes. In R. Araya Dujisin & M. A. Porrúa Vigón (Eds.), *América Latina Puntogob – Casos y tendencias en gobierno electrónico*. FLACSO.
- Lamberty, A. O., Gomes, T. B., & Silva, R. L. da. (2020). Direito de acesso à informação pública e governo eletrônico: A transparência nos portais do Poder Executivo da Argentina e do Brasil. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, 65(1), 157–184. <https://doi.org/10.5380/rfdufpr.v65i1.67912>
- Lévy, P. (2010). *O futuro da internet: Em direção a uma cibercultura*. Paulus.
- Martinuzzo, J. A. (2011). Governo eletrônico no Mercosul: O retrato segundo os portais federais de e-gov. *Revista EPTIC*. <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/170>
- Martins, D., et al. (2008). Conceitos de governo eletrônico e governança eletrônica: Confrontação e complementaridade. Trabalho apresentado no Encontro da ANPAD (ENANPAD), Salvador, BA. <https://anpad.org.br/admin/pdf/EnAPG305.pdf>
- Moura, R. (2013). Configurações espaciais na metropolização brasileira. *e-Metropolis*, 4, 29–39. [http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo\\_pdfs/000/000/013/original/emetropolis\\_n13.pdf](http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/013/original/emetropolis_n13.pdf)
- Nascimento, S. G., et al. (2015). A tecnologia da informação e a gestão pública. *MPGOA*, 1(1), 167–182. <http://periodicos.ufpb.br/index.php/mpgoa/article/view/15347>
- Okot-Uma, R. (2001). *Electronic governance: Re-inventing good governance*. Commonwealth Secretariat.
- Open Knowledge Foundation. (2024). *Panorama do acesso à informação na América Latina*. <https://ok.org.br/noticia/panorama-do-acesso-a-informacao-na-america-latina/>
- Piana, R. S. (2007). *Gobierno electrónico: Gobierno, tecnologías y reformas*. Universidad Nacional de La Plata. [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7330/1/S1100145\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7330/1/S1100145_es.pdf)
- Repórteres Sem Fronteiras. (2025). *Argentina*. <https://rsf.org/pt-br/pais/argentina>
- Thompson, F. J., & Riccucci, N. M. (1998). Reinventing government. *Annual Review of Political Science*, 1, 231–257. <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.1.1.231>

# Modelo de gestão da informação aplicada ao ecossistema educacional em rede de conexões digitais para discentes com altas habilidades ou superdotação

*Information management model applied to the educational ecosystem in a network of digital connections for students with high abilities or giftedness.*

**Francisco Alberto Severo de Almeida**

Universidade Estadual de Goiás, Brasil  
[severo@ueg.br](mailto:severo@ueg.br)

**Armando Malheiro da Silva**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
[armando.malheiro@gmail.com](mailto:armando.malheiro@gmail.com)

## Resumo

Este ensaio teórico propõe um modelo de gestão da informação aplicada ao ecossistema educacional em rede de conexões digitais para discentes com altas habilidades ou superdotação. O sistema de gestão da informação faz uso de repositórios externos do sistema educacional, em níveis dos entes federativos (União, Estados e Municípios), e internos do público interessado (os agentes educacionais, os docentes, discentes e familiares), para mapear estudantes com alta habilidades ou superdotação em inteligências múltiplas: criativas produtivas, linguística e raciocínio lógico, com aplicação de ferramentas tecnológicas e estatísticas integrada ao conceito de árvore de decisão, para elaborar um documento de diagnóstico e avaliação pedagógica discente. A modelagem de dados e informações do sistema de gestão aplicado à altas habilidades/superdotação, alicerçar-se em três subsistemas de gestão de dados e informações: 1) base informacional de dados institucionais do ecossistema educacional (público e privado); 2) produção e recolha de

## Abstract

*This study proposes an information management model applied to the educational ecosystem, based on a network of digital connections, for gifted or highly gifted students. The information management system uses external repositories within the educational system, at the federal, state, and municipal levels, and internal repositories for interested parties (educational agents, teachers, students, and families), to map students with high abilities or giftedness in multiple intelligences: creative, productive, linguistic, and logical reasoning. The system uses technological and statistical tools integrated with the decision tree concept to develop a diagnostic and pedagogical assessment document for students. The data and information modeling of the management system, applied to gifted or highly gifted students, is based on three data and information management subsystems: 1) an informational database of institutional data from the educational (public and private); 2) data production and collection, using technologies applied to mapping multiple*

dados, mediante emprego de tecnologias aplicadas ao mapeamento de inteligências múltiplas e 3) sistematização de dados e informação, mediante aplicação de métricas estatísticas para mensuração do grau de altas habilidades/superdotação. As diretrizes que compõem a organização da arquitetura do modelo de gestão da informação aplicadas as altas habilidades ou superdotação alicerça-se no macro processo de análise do ambiente externo e interno do ecossistema educacional. A resultante dos processos infocomunicacional é expresso por meio de relatório de avaliação pedagógica em inteligência múltiplas, o qual descreve um memorial pedagógico de classificação discente em altas habilidades ou superdotação em criativa produtivas (espacial, interpessoal, intrapessoal, naturalista, corporal-cinestésica e musical) linguística e raciocínio lógico

**Palavras-chave:** Gestão da informação. Altas habilidades ou superdotação. Avaliação Pedagógica. Inteligência múltiplas.

*intelligences; and 3) systematization of data and information, using statistical metrics to measure the degree of giftedness or high abilities. The guidelines that make up the organization of the information management model architecture applied to giftedness or high abilities are based on the macro-process of analyzing the external and internal environment of the educational ecosystem. The result of the infocommunicational processes is expressed through a pedagogical assessment report on multiple intelligences, which describes a pedagogical report classifying students as gifted/highly able in creative, productive (spatial, interpersonal, intrapersonal, naturalistic, bodily-kinesthetic, and musical), linguistic, and logical reasoning.*

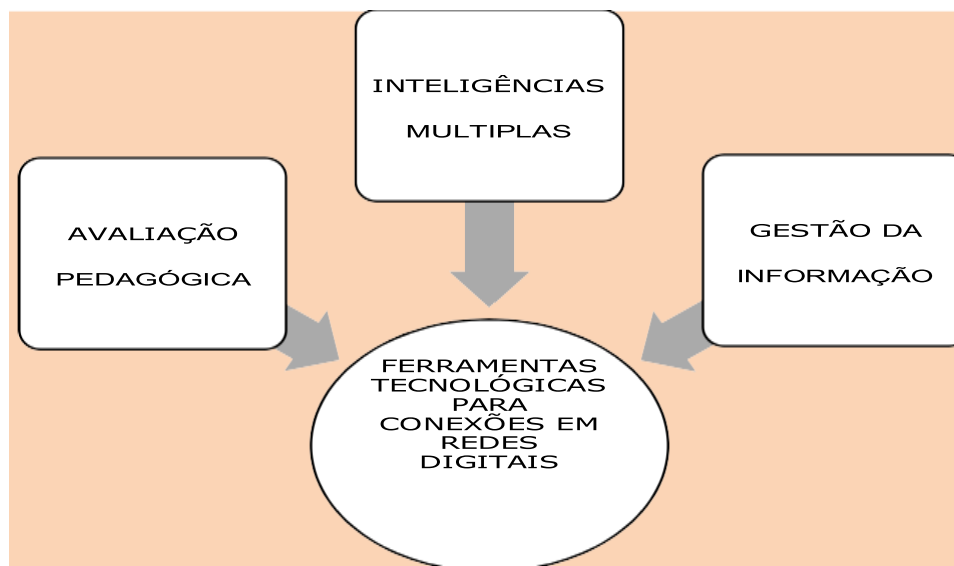
**Keywords:** Information management. Giftedness or high abilities. Pedagogical assessment. Multiple intelligences.

## Introdução

O sistema de informação educacional brasileiro, devido o grau de subnotificação existente em referência as pessoas com habilidade e superdotação, se constitui em uma barreira institucional para o desenvolvimento de projetos educacionais, visando atender este público específico. No caso da escola pública, esta subnotificação afeta diretamente os municípios, pois limita o ente municipal viabilizar mais investimentos para o ensino fundamental.

Neste contexto, face a lacuna informacional dos repositórios institucionais, orgânico e funcional, relativos a dados referentes à gestão escolar focado na educação para superdotados, em níveis dos entes federativos (União, Estados e Municípios), verifica-se a oportunidade para o desenvolvimento de uma plataforma tecnológica aplicada ao ecossistema de gestão educacional para superdotados em rede de conexões digitais. Queiroz (2023) corrobora ao afirmar que o País carece de ferramentas para identificar e atender indivíduos com altas habilidades em diferentes faixas etárias e áreas do conhecimento.

Desta forma, a partir do modelo teórico e lógico aplicado ao ecossistema educacional em rede de conexões digitais para discente com superdotação sugerido por Almeida et.al (2023), fundamentado sob uma visão holística integrada, mediante a concepção de três subsistemas: gestão da informação, gestão de competências e habilidades discentes em inteligências múltiplas e Gestão em avaliação pedagógica, pretende-se, neste ensaio teórico, apresentar um modelo de infocomunicacional mediado por ferramentas tecnológicas a integrar o ecossistema educacional para superdotados mediante conexões em rede digitas entre o discente, o professor e a escola.



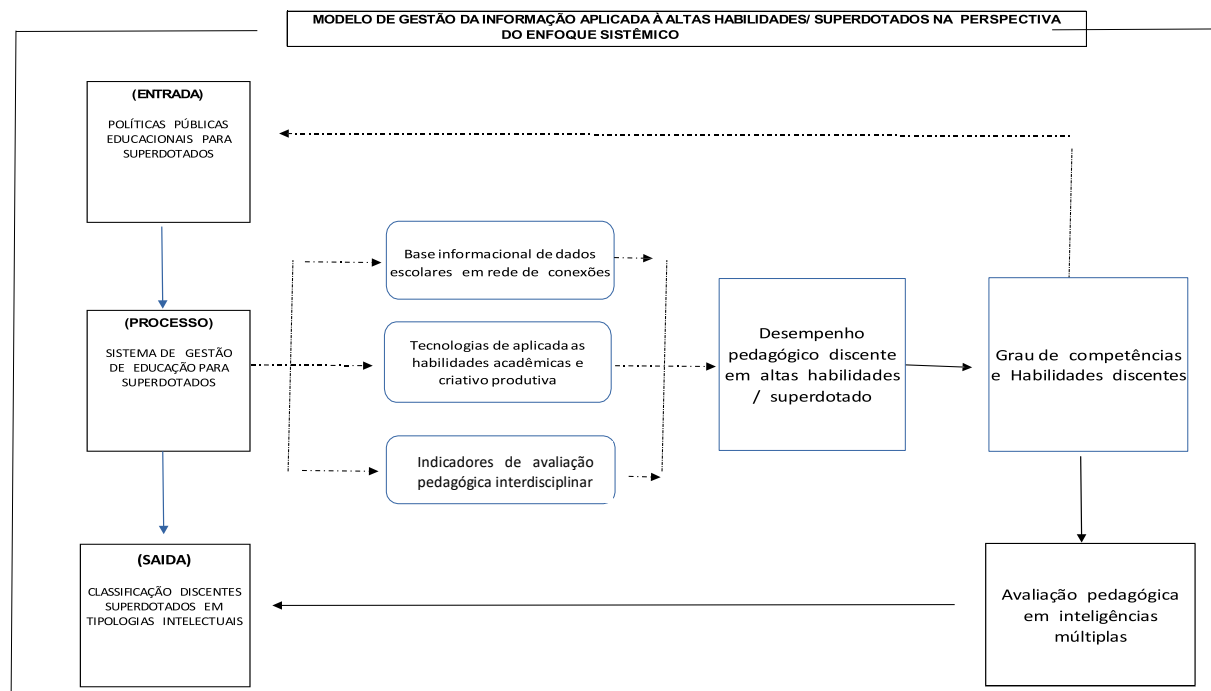
**Figura 1- Fonte – Almeida et. al (2023)**

No contexto do ambiente escolar, pode-se descrever o fluxo informacional por meio da ação de governança informacional, dos processos infocomunicacional, das tecnologias e a segurança da informação, bem como pelos aspectos socioculturais do ecossistema educacional, alicerçado nos costumes, valores e atitudes do público interessado (os agentes educacionais, os docentes, discentes e familiares), face suas percepções valorativas em relação ao processo investigativo no ambiente escolar. Neste sentido expressa Silva (2006): um sistema de informação é constituído por diferentes tipos de informação registadas ou não externamente ao sujeito (o que cada pessoa possui em memória é informação do sistema), não importa o suporte (material ou tecnológico), de acordo com uma estrutura (entidade produtora/ receptora), prolongada pela ação da linha do tempo. Desta forma, um modelo de gestão da informação com foco em educação tem que ser uma ferramenta de interação entre o universo escolar e a sociedade, para promover a interlocução entre os agentes organizacionais e membros da comunidade que integram o ecossistema educacional. Por outro lado, cabe salientar, que a modelagem de um sistema de gestão da informação direcionada a educação de pessoas com altas habilidades ou superdotação, assenta-se no desafio em desenvolver e ampliar os cenários de investigação do ecossistema educacional, com uso de ferramentas tecnológicas, fazendo uso de conceitos da inteligência artificial, machine learning e rede neural.

Neste contexto, então, surge a indagação: Como implementar um sistema de gestão da informação com uso de tecnologias e inovações aplicadas ao ecossistema educacional para mapear estudantes com altas habilidades/ superdotação, mediante uso de indicadores de avaliação pedagógica interdisciplinar? Assim, a partir da indagação referenciada, este estudo propõe um modelo de gestão da informação aplicada ao ecossistema educacional em rede de conexões digitais para discentes com altas habilidades /superdotação. O sistema de gestão da informação faz uso de repositórios externos do sistema educacional, em níveis dos entes federativos (União, Estados e Municípios), e internos do público interessado (os agentes educacionais, os docentes, discentes e familiares), para mapear estudantes com alta habilidades ou superdotação em inteligências múltiplas: criativas produtivas, linguística e raciocínio lógico, com aplicação de ferramentas tecnológicas e estatísticas integrada ao conceito de árvore de decisão, para elaborar um documento de diagnóstico e avaliação pedagógica discente.

## 1. O modelo de gestão da informação: arquitetura do ecossistema educacional para altas habilidades/superdotação

A base do modelo teórico e lógico aplicado à gestão da informação fundamenta-se em um ecossistema de gestão educacional organizado sob a perspectiva da abordagem de sistemas. A arquitetura do ecossistema educacional é interativa e integrada em rede de conexões digitais, com vistas a construção de uma avaliação pedagógica com foco nas inteligências múltiplas, mediante a integração de tecnologias e inovações aplicadas em rede interativa para discente, professor e instituição de ensino.



**Figura 2 – Modelo de gestão da informação aplicada às altas habilidade/superdotação na perspectiva do enfoque sistêmico. Fonte: Autores 2025**

Neste contexto, cabe ressaltar a dinâmica interdisciplinar de organização de uma base informacional robusta, a partir do gerenciamento de dados do ecossistema educacional com foco em fazer uma avaliação pedagógica de discentes em inteligências múltiplas: linguística, raciocínio lógico e as criativa produtivas (espacial, interpessoal, intrapessoal, naturalista, corporal-cinestésica e musical). Portanto, a modelagem de dados e informações do sistema de gestão aplicado à altas habilidades/superdotação, alicerçar-se em três subsistemas de gestão de dados e informações; 1) base informacional de dados institucionais do ecossistema educacional (público e privado); 2) produção e recolha de dados, mediante emprego de tecnologias aplicadas ao mapeamento de inteligências múltiplas e 3) sistematização de dados e informação, mediante aplicação de métricas estatísticas para mensuração do grau de altas habilidades/superdotação. A resultante dos processos infocomunicacional é expresso por meio de relatório de avaliação pedagógica em inteligência múltiplas, o qual descreve um memorial pedagógico de classificação discente em altas habilidades/superdotação em criativa produtivas (espacial, interpessoal, intrapessoal, naturalista, corporal-cinestésica e musical) linguística e raciocínio lógico. A base informacional de dados institucionais do ecossistema educacional tem como referência os sistemas de informação dos repositórios governamentais dos órgãos da educação federal, estadual e municipal. Em especial, o SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica, realizado pelo Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira -INEP, que traz uma série histórica de estratos da educação básica brasileira em língua portuguesa, matemática, bem como nas áreas das ciências da natureza e humanas, por regiões geográficas, unidades da Federação, dependência administrativa (federal, estadual, municipal ou privada), localização (urbana ou rural) e a área (capital ou interior).

Por outro lado, busca-se incrementar a base de dados informacional mediante a aplicação de ferramentas tecnológicas no segmento discente do universo escolar em estudo para fazer um mapeamento das inteligências múltiplas. Neste ecossistema de gestão educacional fomenta-se o uso de aplicações tecnológicas e de audiovisual como ferramentas auxiliares para produção e recolha de dados informacionais de discentes com altas habilidades/superdotação. Neste contexto, busca-se, incrementar um ambiente de serviços educacionais via plataforma digital, promovendo conexões digitais interativa em rede estratégica de cooperação

O processo de sistematização e informação da base de dados é desenvolvido por meio de uma metodologia quantitativa com base em ferramentas estatísticas de conformidade e de avaliação pedagógica em uma arquitetura modular e escalar, a qual permite classificar os alunos em diferentes categorias de desempenho, destacando aqueles com maior potencial acadêmico e criativo produtivo. A sistematização e o tratamento da informação organizam-se por meio de uma série de indicadores interdisciplinares, no cruzamento de dados pedagógicos e socioeconômicos, com o uso de técnicas estatísticas para identificar e mapear estudantes com alta habilidades/superdotação em inteligências múltiplas: criativa produtivas, linguística e raciocínio lógico. Portanto, neste subsistema é possível integrar dados de repositórios externos (SAEB) e internos (plataforma digital), permitindo um processo de mapeamento contínuo de informações destinadas a avaliação pedagógica para estudantes com altas habilidades ou superdotação.

A gestão da informação por meio do conjunto dos repositórios informacionais possibilita a sistematização e o tratamento dos dados modulares em um fluxo contínuo informacional do Modelo de gestão da informação aplicada às altas habilidade ou superdotação, com pertinência, densidade e frequência. Trata-se, portanto, do processo síntese do sistema informacional, produzindo informações de natureza técnicas para dimensionar avaliação pedagógica em inteligências múltiplas de um discente. Neste contexto, o relatório de avaliação pedagógica, como processo síntese informacional, tem como finalidade registrar e disponibilizar um conjunto de indicadores pedagógicas que evidenciem comportamentos, habilidades e desempenhos do (a) estudante com características compatíveis com altas habilidades/superdotação, contribuindo para sua avaliação e possível encaminhamento para atendimento educacional especializado (AEE).

Todavia, cabe salientar que o relatório pedagógico, a partir de um conjunto de indicadores pedagógicos em inteligências múltiplas, é um documento que alicerça o processo de tomada de decisão no âmbito do ecossistema educacional, mediante o fomento de políticas públicas, de estratégias educacionais e, também, como ferramenta para identificar, mapear e diagnosticar o universo de estudantes com características de altas habilidades ou superdotação. Neste sentido, o emprego das ferramentas baseadas em tecnologia da informação e comunicação permitem a interoperacionalidade dos subsistemas de gestão de dados e informações, mediante o compartilhamento de dados e a eficiência operacional, promovendo conexões digitais interativa em rede estratégica de cooperação. Para Silva et. al:

“As tecnologias são indissociáveis da informação ao longo de todo o seu ciclo de vida, estas contribuem para a produção, para o processo de obtenção, armazenamento da informação, assim como uma comunicação mais eficaz e colaborativa entre os diferentes departamentos e colaboradores de uma organização, facilitando a troca de informação e o trabalho em equipa. As TI vieram contribuir para uma melhoria significativa da gestão e otimização dos diversos tipos de recursos da organização.”

## 2. O ecossistema educacional em rede de conexões digitais

As ferramentas operativas da tecnologia da informação e comunicação, para além da interoperacionalidade dos subsistemas de gestão de dados e informação, permitem empreender e desenvolver soluções tecnológicas relacionadas ao ecossistema educacional para discentes com alta habilidades e superdotação, mediante uso de tecnologias de softwares computacionais, games e mobile via conexões digitais. Neste sentido, o foco do ecossistema educacional em rede de conexões digitais é promover soluções tecnológicas aplicadas as conexões entre operadores de serviços educacionais no formato *location based*(LB)- serviços realizados em um território geográfico determinado, por meio de aplicativos de celular (apps) e o *on-line web-based* (OWB), serviços pelo qual são realizados exclusivamente por meio da internet, via plataformas digitais. Portanto, são soluções tecnológicas que visam estabelecer as conexões entre o público interessado (discente, gestor escolar e comunidade escolar) e o docente operador do ecossistema educacional para superdotados, promovendo conexões em rede entre discente, o professor e a escola. Estas conexões funcionais serão realizadas pela Plataforma SIGES- Sistema de Gestão Educacional para Superdotados. (Figura 3)



**Figura 3 - SIGES – Modelo de gestão em educação digital para superdotados. Fonte: autor (2024)**

A plataforma SIGES – Sistema de educação para superdotados se organiza em um sistema híbrido de produtos e serviços que, no contexto do ambiente de conexões digitais do ecossistema educacional, busca fomentar o desenvolvimento de ações pedagógicas, por intermédio de ferramentas digitais de gestão e ensino, conectando os discentes, docentes e gestores escolares e promovendo conexões

digitais entre usuários do sistema e fornecedores de soluções tecnológicas de serviços educacionais em rede estratégica de cooperação. Neste contexto, o SIGES é uma Plataforma digital (site e app) como um ecossistema digital B to B- Business to Business que oferece produtos e serviços em gestão da educação para superdotados ao ecossistema educacional. É, também, um canal B to C- Business to costumers que liga a escola aos consumidores finais (discentes superdotados), sem cobrança de taxa pela intermediação, incentivando também um canal institucional para promover à educação básica. Para tanto, faz uso das conexões funcionais em rede estratégicas para avaliar o contexto de competitividade e novas oportunidades de empreendimento e de segmentação de soluções tecnológicas na área da educação, mediante análise do ecossistema digitais do gig economy e suas conexões com os serviços location based(LB)-, por meio de aplicativos de celular (apps) e o on-line web-based (OWB), via plataformas digitais. Segundo Bahrat (2018) é preciso fugir da armadilha do conteúdo, pois o poder das conexões entre os usuários prevalece sobre o produto." O sucesso vem não de elaborar o melhor conteúdo, mas de reconhecer como ele possibilita a conectividade dos clientes" Portanto, o ecossistema educacional em rede de conexões digitais tem como propósito estabelecer as conexões entre o público interessado ( discente , gestor escolar e comunidade escolar) e o operador do ecossistema educacional para superdotados ,promovendo conexões em rede entre discente, o professor e a escola. , em seus diversos ramos e agrupamentos de atividades, mediante o uso da plataforma SIGES.

Cabe, ainda, ressaltar a avaliação estratégica do modelo de plataforma SIGES como objeto estruturante deste modelo de gestão da informação, mediante uma análise diagnóstica situacional em relação ao ambiente externo (oportunidades e ameaças) e o interno (pontos fortes e fracos), com objetivo estabelecer diretrizes de médio e longo prazo. Neste contexto, a avaliação diagnóstica infocomunicacional do modelo de gestão da informação é estratégica, pois organiza-se via a infraestrutura administrativa e tecnológica disponível (ambiente interno) e as demandas da sociedade (ambiente externo) para estabelecer os objetivos e delinear as diretrizes para promover a interoperacionalidade do sistema de gestão da informação. Neste sentido, corrobora Almeida et.al (2018, p 44) quando fundamentam a importância da avaliação diagnóstica estratégica em desenvolvimento de projeto ao expressarem: "importância da diagnose situacional para se estabelecer a dimensão de um projeto: conhecer a realidade atual e definir o que fazer, como e quando implementar ações".

### **3. Considerações finais**

As diretrizes que compõem a organização da arquitetura do modelo de gestão da informação aplicadas as altas habilidades ou superdotação alicerça-se no macroprocesso de análise do ambiente externo e interno do ecossistema educacional. No contexto do ambiente externo, a análise diagnóstica externa é fundamentada nas bases de dados de repositórios Institucionais (Saeb/ secretarias de educação/ escolas), o qual se faz uso de um conjunto de indicadores estatísticos para mapear e identificar estudantes com alto desempenho em habilidades acadêmicas: linguística e raciocínio lógico. Por outro lado, a análise do ambiente escolar (interno) se dá a partir da arquitetura da plataforma tecnológica Siges – Sistema de educação para superdotados, mediante um conjunto de processos infocomunicacionais parametrizados para identificar e mapear estudantes com altas habilidades criativo produtivas (espacial, interpessoal, intrapessoal, naturalista, corporal-cinestésica e musical).

Neste contexto, considerando as bases dos repositórios do ecossistema educacional (externos e internos) torna-se factível, mediante o processamento das informações e a mineração de dados dos respectivos repositórios, produzir um relatório pedagógico, individualizado por estudante, dimensionado o conjunto de altas habilidades ou superdotação. O documento de avaliação pedagógica registra as evidências de comportamentos, habilidades e desempenho com as características compatíveis com altas habilidades ou superdotação: intelectual, acadêmica, criativa, artística, psicomotora e liderança.

Por fim, cabe ressaltar, a razão finalística do modelo de gestão da informação aplicado ao ecossistema educacional em rede de conexões digitais para estudantes com altas habilidade ou superdotação , para além de mapear com evidências científicas estudantes com características compatíveis as altas habilidades ou superdotação, é assegurar a interoperacionalidade do sistema de gestão de educação para superdotados, mediante um processo de governança de gestão da informação, com vistas a estabelecer políticas, programas e projetos direcionados ao processo de ensino e aprendizagem aos alunos identificados com altas habilidades ou superdotação.

## Referências Bibliográficas

---

- Almeida, F. A. S., Oliveira, R. F. de, Rocha, K. J., Barros, I. C., Pereira, L. M., Batista, L. M., Conceição, A. C. F. da, & Xavier, C. B. (2023). Sistema de gestão aplicado à educação inclusiva: Um ensaio teórico. *Cadernos Pedagógicos*, 20(8), 3164–3184.
- Bahrat, A. (2018). *A armadilha do conteúdo: O guia estratégico para mudança digital*. Alta Books Editora.
- Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). (2022). Indicador de usuário da internet por dispositivo utilizado de forma exclusiva ou simultânea. <https://cetic.br/pt/tics/educacao/2022/alunos/B8/>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (s.d.). *Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)*. <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/avaliacoes-e-exames-educacionais/saeb>
- Queiroz, C. (2023). Número de pessoas superdotadas é subnotificado no Brasil. *Revista Pesquisa FAPESP*, 333.
- Silva, A. M., Estrela, S. C. L., & Araújo, E. P. de O. (2024). *Gestão da informação nas PME industriais de Portugal (Norte e Centro): Diagnóstico de base para um modelo orientador*. CITCEM.

# Competência em informação social rural

*Literacy in rural social information*

**Jaires Oliveira Santos Guterres**

Universidade Federal da Bahia, Brasil  
[jairesoliveira@gmail.com](mailto:jairesoliveira@gmail.com)

**Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira**

Universidade Federal da Bahia, Brasil  
[isasousa@ufba.br](mailto:isasousa@ufba.br)

## Resumo

A Competência em Informação implica que os sujeitos tenham a capacidade de usar informações com o intuito de resolver inquietações decorrentes da vida em sociedade. A Competência em Informação empodera as pessoas, fazendo com que elas possam alcançar e proferir pontos de vistas e argumentos embasados, tornando possível a conexão social - fator vital também em espaços rurais. Assim sendo, esta investigação reflete a Competência em Informação Social Rural. Para atender a essa pretensão, elegeu-se a pesquisa qualitativa, cujas técnicas de pesquisa usadas foi a bibliográfica e a documental. Os resultados desvelam que fenômenos sociais relacionados à atividade econômica, à educação e às mídias, são fundamentais para a manutenção da vida sustentável e estão atravessados por informações em suas minúcias. Essas evidências do ambiente rural – especialmente na cidade de Riachão do Dantas, em Sergipe – são fulcrais para a compreensão da necessidade constante de desenvolver e empregar competências nesses espaços. Conclui-se que refletir as nuances da Competência em Informação Social Rural corroboram para vislumbrar a necessidade de desenvolvê-las, pois Competência em Informação

## Abstract

*Information Literacy implies that individuals have the ability to use information in order to resolve concerns arising from life in society. Information Literacy empowers people, enabling them to reach and express well-founded points of view and arguments, making social connection possible - a vital factor in rural spaces. Therefore, this investigation reflects the information literacy in rural social. To meet this intention, qualitative research was chosen, whose research techniques used were bibliographic and documentary. The results reveal that social phenomena related to economic activity, education and the media are fundamental for maintaining sustainable life and are permeated with information in its details. This evidence from the rural environment – especially in the city of Riachão do Dantas, in Sergipe – is crucial for understanding the constant need to develop and employ competence in these spaces. It is concluded that reflecting the nuances of Rural Social Information Competence corroborates the need to develop them, as information literacy helps to emancipate people who (co)live - live together - in these spaces, as they are able to claim their civil rights and perhaps improve their living conditions.*

ajuda a emancipar as pessoas que (con)vivem nesses espaços, uma vez que conseguem requerer os seus direitos civis e, quiçá, melhorar as suas condições de vida.

**Palavras-chave:** Competência em Informação; **Keywords:** *Information Literacy; Information Literacy*  
Competência em Informação Social Rural; Riachão do *Social Rural; Riachão do Dantas, Sergipe.*  
Dantas, Sergipe.

## 1. Introdução

Ser competente em informação significa possuir a habilidade de utilizar informações de forma eficaz para enfrentar os desafios que surgem na vida em sociedade. Essa competência envolve a capacidade de pensar de forma crítica, refletir e elaborar percepções fundamentadas sobre os diversos tipos de informação que acessamos e utilizamos. A Competência em Informação nos fortalece, permitindo que desenvolvamos argumentos bem embasados, pontos de vista consistentes e uma maior inserção social.

A Competência em Informação Social Rural insere-se nesse contexto ao enfatizar a necessidade de desenvolver e aplicar essas habilidades de forma reflexiva — um processo que se caracteriza como práxis. Essa abordagem favorece a compreensão crítica das relações sociais em ambientes rurais. Reconhece-se, assim, a urgência em articular educação e acesso à informação, considerando que a vida no meio rural possui dinâmicas próprias, nas quais o ensino e a aprendizagem são fundamentais para acessar e interpretar informações relevantes às especificidades comunitárias.

Este artigo decorre das pesquisas de doutorado de Guterres (2023), realizadas em comunidades rurais. O objetivo da investigação é refletir sobre a Competência em Informação Social Rural. Para isso, adotou-se uma abordagem qualitativa, utilizando-se duas técnicas principais: 1) a pesquisa bibliográfica, para compreender a sociabilidade vinculada à Competência em Informação Rural; e 2) a análise documental, que forneceu evidências essenciais sobre o contexto rural.

Dado que a informação está profundamente entrelaçada à nossas vivências e à construção do conhecimento, torna-se evidente a importância de estudos que explorem a Competência em Informação em contextos cotidianos, especialmente em realidades rurais.

## 2. A competência em informação social rural

A Ciência da Informação (CI) tem sua gênese marcada por uma vocação nitidamente interdisciplinar — um aspecto amplamente discutido desde a década de 1960, quando a área começou a se consolidar, e que permanece evidente na atualidade. Diversos pesquisadores, como Araújo (2014), Evedove e Fujita (2013), Capurro (2003), Saracevic (1996) e Machlup e Mansfield (1983), têm contribuído significativamente para essa reflexão, evidenciando o diálogo constante entre a CI e outros campos do saber.

A urgência de compreender a informação em suas múltiplas dimensões, conforme destacam Evedove e Fujita (2013), reforça a necessidade de se adotar abordagens plurais e heterogêneas diante dos fenômenos informacionais. A CI, tanto em seus fundamentos teóricos quanto nas aplicações práticas, é atravessada por conceitos e ideias oriundos de diferentes áreas, consolidando-se como um ponto de convergência entre múltiplos saberes e, portanto, profundamente interdisciplinar.

Nesse processo de evolução conceitual, Capurro (2003) identifica três fases paradigmáticas da CI, as quais não se sobrepõem por ruptura, mas por ampliação e aprofundamento. A primeira é o paradigma físico, centrado na transmissão da informação, em que se destacam os elementos do emissor, canal e receptor dentro de um modelo comunicacional clássico. A segunda fase, o paradigma cognitivo, volta-se ao ser humano, considerando sua individualidade e papel ativo na construção do conhecimento — aqui, o sujeito informacional ganha centralidade nas investigações. Já o paradigma social representa a terceira etapa, em que se reconhecem as subjetividades e visões de mundo dos indivíduos na construção e recuperação da informação, voltando-se para o impacto social do acesso e uso da informação na vida cotidiana.

Dentro dessa perspectiva, Barreto (2022) destaca que a informação atua como agente transformador da consciência humana. É nesse cenário de atenção ao comportamento informacional dos sujeitos que se insere o campo da Competência em Informação. Parte-se da compreensão de que a informação está imersa nas práticas cotidianas dos indivíduos, o que torna imprescindível o desenvolvimento e a aplicação de Competência em Informação

Dessa forma, evidencia-se a necessidade premente de tratar essa temática em contextos variados — entre eles, o espaço rural, que apresenta especificidades próprias e demanda olhares mais sensíveis às suas realidades.

## **2.1. Competência em Informação**

A reflexão sobre Competência em Informação parte da compreensão do conceito mais amplo de competência, que se refere à capacidade de agir de forma pertinente diante de desafios e necessidades. Le Boterf (2003) contribui significativamente para essa discussão ao afirmar que ser competente é, essencialmente, saber mobilizar conhecimentos em diferentes contextos, integrar saberes diversos, aprender a aprender e envolver-se ativamente nos processos em que se está inserido.

Desenvolver competências está, portanto, intrinsecamente relacionado ao processo de aprendizagem. Aprende-se a aprender, a fazer, a conviver e, sobretudo, a ser — em sociedade e com os outros. Nessa perspectiva, ser competente implica ser capaz de buscar e utilizar a informação de forma crítica e criativa, construindo, assim, um arcabouço de conhecimentos que contribui para a atuação consciente no mundo. É nesse contexto que se consolida o conceito de Competência em Informação, objeto de estudo da Ciência da Informação.

A literatura reconhece Zurkowski (1974) como o precursor da expressão *information literacy*, ao afirmar que pessoas que dominam o uso e a aplicação de recursos informacionais são consideradas competentes em informação. Para ele, indivíduos capazes de utilizar técnicas e ferramentas informacionais com eficácia conseguem desempenhar melhor suas atividades. Isso evidencia a

necessidade de articulação entre instituições que ofertam informação, de modo a criar um ambiente propício à formação de sujeitos informacionalmente emancipados.

A abordagem mais recente da American Library Association (ALA, 2016) reforça a dimensão social, reflexiva e colaborativa do aprendizado ao longo da vida, com base na ideia de que cada pessoa é o sujeito ativo do seu processo de conhecimento. A nova estrutura para a Competência em Informação, embora voltada ao ensino superior, não se limita a ele. A proposta está alinhada à concepção freiriana de práxis (Freire, 1987), entendida como ação transformadora e contínua, centrada na experiência e na criticidade.

Assim, a Competência em Informação é compreendida como um conjunto de habilidades integradas, que envolve a descoberta crítica da informação, a compreensão de como ela é produzida, valorizada e utilizada na construção de novos saberes, além da participação ética nos espaços em que o conhecimento é compartilhado (ALA, 2016).

Esse processo está diretamente ligado ao exercício da cidadania. O acesso à informação promove emancipação e empoderamento, possibilitando a transformação social. A Competência em Informação está, portanto, inserida em um processo de aprendizado libertador (Freire, 1987), que fomenta mudanças reais nos mais diversos contextos, inclusive no espaço rural brasileiro.

A emancipação acontece no momento em que o sujeito é capaz de confrontar criticamente o conteúdo que acessa, atribuindo-lhe novos sentidos. Freire (1987) chama essa etapa de descodificação, quando o indivíduo interpreta sua realidade, exercita a criticidade e se engaja na transformação do mundo. Esse processo exige estímulo educacional contínuo, baseado na problematização do cotidiano e na valorização das experiências vividas — já que os sujeitos são “corpos conscientes” (Freire, 1987, p. 38) e aprendem a partir da relação ativa com o mundo.

Nesse sentido, critica-se o modelo de ensino tradicional, que impõe conteúdos de maneira autoritária e descontextualizada. Em contrapartida, propõe-se um modelo dialógico, no qual o educador - o profissional da informação - atua como mediador, facilitando o acesso à informação e promovendo a construção coletiva de sentido, sem estabelecer verdades absolutas. O diálogo se torna, assim, uma via essencial para o atendimento das necessidades informacionais de forma ética, crítica e participativa.

A função social da Ciência da Informação, como destacam Smit (2012) e Capurro e Hjørland (2007), manifesta-se no momento em que os indivíduos recorrem à informação para resolver questões do cotidiano. Isso se expressa em todas as dimensões da vida e é condição fundamental para o exercício da criticidade, a produção de novos conhecimentos e o engajamento em debates relevantes. Como destaca Freire (1987), é no diálogo que o ser humano se descobre sujeito da própria história, aprendendo com o outro e reconhecendo múltiplas visões sobre o mesmo objeto.

A vida cotidiana, portanto, convoca à prática da competência. E, nos contextos rurais, isso se mostra especialmente potente, dada a necessidade de desenvolver e aplicar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores em relação à informação que respeitem e dialoguem com as especificidades dessas comunidades.

## 2.2. Competência em Informação: sociabilidade nos espaços rurais

A compreensão da dimensão social da Competência em Informação se insere em um processo de ampliação conceitual que acompanha as dinâmicas da própria sociedade. A abordagem freiriana (Freire, 1987) oferece importantes subsídios para entender esse cenário, ao associar o desenvolvimento de competências a um ato consciente e reflexivo - a práxis. Tal perspectiva permite refletir sobre como a Competência em Informação se manifesta e se constrói em espaços rurais, atravessada por suas particularidades culturais, sociais e educacionais.

Nesses contextos, a articulação entre educação e acesso à informação revela-se fundamental. Em comunidades rurais, essa relação adquire nuances específicas, uma vez que o acesso à informação é frequentemente limitado por fatores como infraestrutura, conectividade e desigualdade social. Badke (2017) destaca que a Competência em Informação ainda carece de reconhecimento oficial e sistematizado, o que dificulta sua inserção efetiva nos currículos educacionais. Essa lacuna reforça a urgência de que tal competência esteja presente em todos os estágios da formação humana, desde a educação básica até a formação continuada.

É inegável que o desenvolvimento de competências acontece em um processo pedagógico, em que os sujeitos estão inseridos em práticas educativas e de aprendizagem. A Competência em Informação, nesse cenário, ocupa posição central, pois é por meio dela que o indivíduo acessa, compreende, avalia e utiliza informações de forma crítica — habilidades indispensáveis à formação cidadã e à transformação social.

O Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP, 2018) define a Competência em Informação como “a capacidade de pensar criticamente e fazer julgamentos equilibrados sobre qualquer informação que encontramos e usamos”. Essa definição ressalta sua importância para o exercício da cidadania, a tomada de decisões informadas e a participação ativa na vida social.

No contexto internacional, o estudo de Parvathamma e Pattar (2013), realizado em áreas rurais da Índia, revela desafios e especificidades do acesso à informação em comunidades agrícolas. Com uma população majoritariamente residente em vilarejos e dependente da agricultura, a realidade investigada apresenta semelhanças com o município de Riachão do Dantas, no Brasil, local desta pesquisa. Em ambos os casos, o acesso à informação está intimamente ligado à agricultura familiar e às práticas tradicionais de subsistência.

Para que esse acesso seja eficaz, ele deve ocorrer em um ambiente educativo que estimule a reflexão e a criticidade. Nesse sentido, a Competência em Informação se concretiza quando o sujeito é capaz de mobilizar seus saberes em um processo contínuo de aprendizagem, como defende Freire (2013), ao descrever o ser humano como um ente da práxis — ação e reflexão transformadoras.

Na Índia, programas de extensão apresentam aos agricultores técnicas agrícolas inovadoras, promovendo o intercâmbio de saberes. Embora Parvathamma e Pattar (2013) não explorem profundamente essa dimensão pedagógica, destacam que o desenvolvimento de Competência em Informação pode contribuir para uma maior consciência sobre os serviços disponíveis, aumentando a autonomia dos agricultores.

Essa perspectiva aponta para a importância do diálogo. O extensionista, nesse cenário, deve reconhecer seu papel enquanto mediador do conhecimento, não como agente impositivo, mas como facilitador de uma transformação informada e consciente. Como Neves (1998) observa, o extensionista pode ser a ponte entre a inovação e a prática cotidiana, desde que compreenda e respeite os modos de vida rural. Quando essa mediação ignora as condições históricas e sociais da comunidade, compromete-se o sucesso do processo educativo.

Pattar (2018), a partir de suas investigações em comunidades rurais, propõe um modelo de Competência em Informação estruturado em cinco etapas: (1) identificação da necessidade de informação; (2) reconhecimento das fontes relevantes (impressas, eletrônicas, humanas e institucionais); (3) avaliação da informação; (4) uso da informação para a resolução de tarefas; e (5) avaliação da satisfação quanto à resolução da demanda informacional. Esse modelo contribui para pensar estratégias aplicáveis à realidade rural.

Experiências semelhantes são relatadas por Batool e Webber (2019), no Paquistão, ao investigar práticas informacionais em escolas de educação primária, públicas e privadas. Os resultados revelam que estudantes de contextos econômicos mais favorecidos desenvolvem melhor as competências em relação à informação, utilizando principalmente livros e a internet (especialmente o Google). Em contraste, alunos de camadas menos favorecidas recorrem com mais frequência a fontes orais, como irmãos mais velhos. Esses achados evidenciam desigualdades no acesso e no uso da informação que se refletem no desenvolvimento das competências.

Ainda no contexto rural, Uzuegbu e Naga (2017) propõem um modelo de Competência em Informação com base na oralidade, voltado para produtores de mandioca na Nigéria. O modelo se estrutura em três etapas: consciência, acesso e uso, e busca valorizar práticas locais, respeitando as formas tradicionais de saber e comunicação. As autoras destacam que a inclusão da oralidade não substitui os modelos existentes, mas amplia as possibilidades de abordagem, respeitando a diversidade cultural e informacional das comunidades.

Essas discussões demonstram que a Competência em Informação é viável e necessária em múltiplos ambientes: na educação formal, nas práticas profissionais e no cotidiano das comunidades. Refletir sobre sua aplicação em contextos rurais é, portanto, uma forma de visibilizar fenômenos sociais relevantes, valorizando as vivências locais e propondo novas formas de acesso e uso da informação no rural.

### **3. Escolhas metodológicas**

A pesquisa qualitativa caracteriza-se, na visão de Yin (2016), por compreender o significado da vida das pessoas, evidenciar as perspectivas das pessoas participantes do estudo, perceber as questões contextuais em que vivem os sujeitos socialmente e, igualmente, contribuir com novas informações científicas aplicáveis aos conceitos existentes e/ou emergentes, que ajudam no entendimento do comportamento humano.

Logo, o artigo em tela apresenta informações relevantes que ajudam na compreensão do espaço ocupado pelas pessoas da roça e a dinâmica da Competência em Informação implicada nesse contexto. Destaca-se que durante muito tempo houve equívocos relacionados ao fato de que os fenômenos

sociais e educacionais, por conseguinte, informacionais, poderiam ser plenamente explicados a partir de estudos quantitativos, todavia, Baptista e Campos (2015) admitem que dados analíticos não conseguem extrair um entendimento intensificado das práticas sociais. Isso justifica-se pelo fato de que características podem ser desveladas em cada especificidade, dependendo de condições momentâneas, de tempo e lugar.

A pesquisa qualitativa “é guiada por um desejo de explicar [os] acontecimentos, por meio de conceitos existentes ou emergentes” (Yin, 2016, p. 7). Assim sendo, percebe-se que o debate aqui empreendido exprime essa característica, pois apresenta um debate sobre a necessidade de desenvolver e empregar Competência em Informação em espaços rurais, no caso específico do município de Riachão do Dantas/SE.

Para levar a cabo a investigação, foi preciso proceder a um levantamento bibliográfico, ademais, optou-se, a priori, pela técnica documental, tendo em vista que houve a necessidade de levantar informações em documentos específicos, tanto do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quanto do Comitê Gestor da Internet (CGI). Sobre essa escolha metodológica, Sampiere, Collado e Lucio (2013, p. 440) dizem que “uma fonte valiosa de dados qualitativos são dos documentos [...]” afinal, contribuem para o entendimento do fenômeno central do estudo. Ademais, “servem para [...] [conhecer] os antecedentes de um ambiente [...]”. Desse modo, utilizou-se o que os autores denominam de documentos e materiais organizacionais.

#### **4. O rural Riachoense e algumas reflexões sobre a necessidade de desenvolver competência em informação**

O município de Riachão do Dantas, localizado no agreste de Sergipe – estado nordestino com população estimada em 2.210.004 habitantes (IBGE, 2022) – é predominantemente rural. De acordo com o IBGE (2017a), o município se enquadra em unidades populacionais entre 10.000 e 25.000 habitantes, com grau de urbanização inferior a 50%. Sua população atual é de 18.313 habitantes, sendo a maioria residente em áreas rurais (IBGE, 2022).

Compreender esse espaço rural e buscar soluções para o empoderamento cidadão é essencial, principalmente ao reconhecer a importância da Competência em Informação. Essa competência promove a emancipação dos sujeitos, permitindo-lhes expressar-se, reivindicar seus direitos e compreender seus deveres dentro da coletividade.

Parvathamma e Pattar (2013) ressaltam a relevância da produção agrícola para a economia local, e em Riachão do Dantas isso se confirma com sua expressiva contribuição ao Produto Interno Bruto (PIB) de Sergipe, especialmente por meio da agricultura familiar (Figura 1). A lavoura de abacaxi, carro-chefe da produção local, movimenta fortemente a economia do município.

1º	Aracaju	18405677,788
2º	Nossa Senhora do Socorro	3232697,918
3º	Canindé de São Francisco	2895221,78
4º	Barra dos Coqueiros	2581591,798
5º	Itabaiana	2213274,573
	...	
27º	Boquim	333080,032
28º	Neópolis	330965,807
29º	Riachão do Dantas	328904,479
30º	Frei Paulo	324740,673
31º	Poço Verde	322301,775
	...	

**Figura 1 – PIB do Município em relação à Capital. Fonte: (IBGE, 2020)**

Entretanto, embora os moradores locais desenvolvam a agricultura como principal atividade econômica, nota-se uma crescente orientação da produção familiar para atender às demandas do mercado. Oliveira Júnior (2012, p. 142) afirma que culturas como pimenta e laranja são cultivadas com foco na indústria de alimentos, evidenciando essa tendência.

Outro fator preocupante é a predominância de lavouras temporárias – como abacaxi, batata-doce, feijão, fumo, mandioca e milho (Gráfico 1) – que não garantem estabilidade econômica. A defasagem entre o tempo de produção e o retorno financeiro compromete a subsistência das famílias, pois os lucros são insuficientes para suprir as necessidades básicas.

**Gráfico 1 – Utilização da terra em lavouras**



Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos dados do IBGE (2017)

Mesmo sendo o maior produtor de abacaxi de Sergipe entre 2017 e 2022 (IBGE, 2022), conforme sinaliza o gráfico 2, os agricultores familiares recebem muito pouco pelo seu produto. Enquanto a unidade é vendida a atravessadores por R\$ 0,25, esses revendem à indústria por valores entre R\$ 0,80 e R\$ 1,00. Na feira local, o preço sobe para R\$ 2,00, e nas capitais pode chegar a R\$ 6,00 (Oliveira Júnior, 2012), escancarando a exploração e a desvalorização do trabalho dessas famílias.



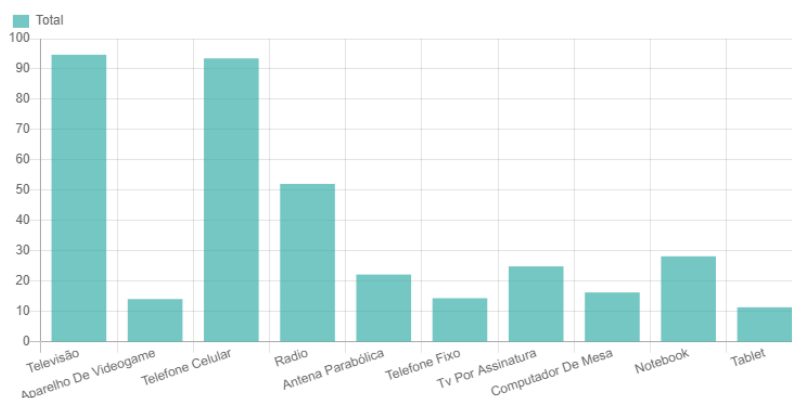
Fonte: IBGE (2022)

Diante disso, torna-se essencial fomentar o desenvolvimento da Competência em Informação, como propôs Freire (1987, 2012, 2013), para que esses agricultores possam acessar, interpretar e usar criticamente as informações, promovendo transformações em sua realidade. Com o domínio dessa competência, podem negociar preços mais justos e participar efetivamente das decisões que impactam sua vida e trabalho.

A evasão escolar no campo é outro desafio significativo. Muitos jovens abandonam a escola para ajudar na lavoura, comprometendo sua formação formal e, por consequência, sua capacidade crítica e reflexiva. Neves, Molina e Shirota (1982) destacam que o modelo urbano de ensino, os professores com formação urbanocêntrica, a falta de identificação com os métodos e a dinâmica do trabalho rural contribuem para esse abandono.

Rios (2011, p. 91) também aponta as dificuldades enfrentadas pelos moradores do campo para conciliar o trabalho com o estudo, afirmando que atividades como "capinar e escrever, ler e colher" dificilmente coexistem, uma vez que o esforço físico diário limita o envolvimento com a aprendizagem. Isso gera uma ruptura no desenvolvimento de competências fundamentais para o exercício pleno da cidadania.

Parvathamma e Pattar (2013) observaram, em estudo realizado na Índia, que informações sobre saúde e agricultura são prioritárias para comunidades rurais, sendo obtidas principalmente por meio de amigos, vizinhos e idosos. No Brasil rural, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) mais utilizadas são a televisão, o celular e o rádio (Gráfico 3), que funcionam como fontes informacionais relevantes (CGI, 2022).

**Gráfico 3 – Uso de TIC nos domicílios rurais**

Fonte: CGI (2022)

Segundo o CGI (2022), cerca de 95% dos domicílios rurais utilizam televisão, seguida por telefone celular e rádio. Isso reforça a necessidade de desenvolver a Competência em Informação, permitindo que os sujeitos acessem e utilizem esses meios de forma crítica, o que dialoga com as perspectivas de Uzuegbu e Naga (2017) e Pattar (2018), que defendem a competência como ferramenta para resolver os problemas cotidianos da população rural.

É importante reconhecer que os habitantes do rural são agentes essenciais, pois produzem a maior parte dos alimentos consumidos no país. Portanto, o desenvolvimento de Competência em Informação é urgente e necessário, para que possam viver com dignidade, compreender sua realidade e transformá-la com base em informações acessadas, avaliadas e aplicadas de forma consciente.

## 5. Considerações finais

O rural brasileiro apresenta múltiplas facetas que despertam interesse investigativo no campo da CI, especialmente no que tange à Competência em Informação. Pesquisas com esse enfoque contribuem para compreender como as informações são selecionadas e utilizadas, qual o papel da Competência em Informação nesses contextos e a urgência de seu desenvolvimento e aplicação nas realidades rurais.

Neste sentido, esta investigação refletiu sobre a Competência em Informação Social Rural, destacando a importância de fomentar estudos voltados à temática em espaços rurais. Isso se justifica pelo fato de que o acesso e uso adequado das informações podem contribuir significativamente para a emancipação dos sujeitos que vivem nesses territórios, capacitando-os para reivindicar seus direitos civis e, potencialmente, melhorar suas condições de vida — tanto individual quanto coletivamente.

As evidências observadas no contexto rural de Riachão do Dantas revelam que fenômenos sociais relacionados à economia, à educação e às mídias são cruciais para a sustentabilidade da vida no campo e estão permeados por práticas informacionais em seus diversos níveis. No caso da agricultura familiar, mesmo com o município ocupando o posto de maior produtor de abacaxi em Sergipe há pelo menos

cinco anos, as famílias agricultoras ainda enfrentam um cenário de instabilidade. Tal realidade decorre, em parte, da pouca familiaridade com o uso estratégico da informação nos processos de comercialização e negociação de seus produtos.

Outro aspecto relevante é a evasão escolar, que se apresenta como um possível entrave para o desenvolvimento e emprego da Competência em Informação. As instituições escolares, quando acessadas, funcionam como espaços de formação crítica, nos quais os sujeitos aprendem a reconhecer suas necessidades informacionais e a refletir sobre os recursos disponíveis para atendê-las. Paralelamente, observa-se que, nos espaços rurais, as mídias mais utilizadas continuam sendo a televisão, o telefone celular e o rádio - elementos que, embora amplamente acessados, nem sempre são utilizados de maneira crítica e estratégica.

Diante disso, torna-se evidente a necessidade contínua de fomentar o desenvolvimento de competências voltadas ao contexto rural. Este estudo, ao refletir sobre a Competência em Informação Social Rural e enfatizar sua importância em cenários como o agreste sergipano - em especial o município de Riachão do Dantas-, sinaliza o potencial da CI para ampliar os debates na área, considerando realidades diversas. Compreender essas especificidades enriquece o campo científico e contribui para a construção de práticas informacionais mais equitativas e transformadoras.

## 6. Referências Bibliográficas

---

- Araújo, C. A. Á. (2014). O que é Ciência da Informação?. *Informação & Informação*, 19(1), 01-30.
- ASSOCIATION OF COLLEGE E RESEARCH LIBRARIES (ALA). (2016). Framework for Information Literacy for Higher Education. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/issues/infolit/framework1.pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.
- BADKE, William. (2017). Global perspectives on information literacy: Region: North America. In: ASSOCIATION OF COLLEGE E RESEARCH LIBRARIES (ALA). Global perspectives on information literacy. Disponível em: [http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/publications/whitepapers/GlobalPerspectives\\_InfoLit.pdf](http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/publications/whitepapers/GlobalPerspectives_InfoLit.pdf). Acesso em: 11 out. 2023.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. A condição da informação. *São Paulo em Perspectiva*, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002.
- BATOOL, Syeda Hina; WEBBER, Sheila. (2019). A contextual framework for primary education: fostering information literacy in Pakistan. *Global Knowledge, Memory and Communication*, v. 68, n. 3, p. 164-176.
- CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. (2007). The concept of information as we use in everyday. *Perspectivas em ciência da informação*, v. 12, n. 1, p. 148-207.

- CAPURRO, Rafael. (2003a). Estudos e fontes da palavra informação. Disponível em: <http://www.capurro.de/infocconcept.html#Studies>. Acesso em: 1 jul. 2023.
- CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2022.
- EVEDOVE, Paula Regina; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. (2013). O movimento interdisciplinar em Ciência da Informação: uma reflexão epistemológica. DataGramaZero - Revista de Informação, v.14, n.3.
- FREIRE, Paulo. (1987). Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo. (2011). Educação e mudança. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo. (2013). Extensão e comunicação. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GUTERRES, Jaires Oliveira Santos. (2023). Vidas entrelaçadas pela informação: desvelamentos nas narrativas e sentidos do ser da roça agrestiana. 277f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2017). Censo agropecuário. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/riachao-do-dantas/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 11 out. 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2017a) Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira. Estudos e pesquisas: informação geográfica, n. 11, Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2021). Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/riachao-do-dantas/pesquisa/38/46996>. Acesso em: 10 maio. 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2022). Cidades e estados. Disponível em: Acesso em: 11 out. 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2022). Lavoura temporária - abacaxi.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2022). População. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/riachao-do-dantas/panorama>. Acesso em: 20 out. 2023.
- LE BOTERF, Guy. (2003). Desenvolvendo as competências dos profissionais. Porto Alegre: ARTMED, 278 p.
- MACHLUP, Fritz.; MANSFIELD, Una. (1983). The study of information: interdisciplinary messages. New York: John Wiley & Sons. 743p.

- OLIVEIRA JUNIOR, Manoel Pedro de. (2012). A sujeição da renda da terra camponesa. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão.
- PARVATHAMMA, N.; PATTAR, Danappa. (2013). Information literacy among the rural community in an economically backward region of Karnataka State, India. *Journal of agricultural & food information*, v. 14, n. 1, p. 26-36.
- PATTAR, Danappa. (2018). *Information Literacy Models for Rural Community*. Mauritius: LAMBERT Academic Publishing.
- SAMPIERE; Roberto. Hernandez.; COLLADO, Carlos. Fernandez; LUCIO, Maria Del Pillar Baptista. (2013). *Metodologia de pesquisa*. 5. ed. Porto Alegre: Penso. 624p.
- SARACEVIC, Tefko. (1996). Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62.
- SMIT, Johanna. (2012). A informação na Ciência da Informação. *InCID: R. Ci. Inf. e Doc.*, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 84-101.
- UZUEGBU, C. P.; NAGA, M. M. (2017). Information literacy model: A framework for orally-rural publics. In: *International conference proceedings on library and information services in knowledge society: Innovative, value added services and best practices*, edited by Pravakar Rath, R. K. Ngurtinkhuma, & R. N. Mishra (pp. 123 -134). Aizawl, India: Excel India.
- YIN, Robert K. (2016) *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso.